

RELATÓRIO DE GESTÃO  
CONSOLIDADO  
BIAL HOLDING, S.A.  
2021



MISSÃO, VISÃO & VALORES | 7

RECURSOS HUMANOS | 8

BIAL NO MUNDO | 9

INDICADORES CHAVE | 10

1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL | 11

2. ATIVIDADE DO GRUPO BIAL | 12

3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO | 14

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA | 19

5. SUSTENTABILIDADE, QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE | 22

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL | 23

7. FACTOS SUBSEQUENTES A 2021.12.31 | 26

8. PERSPETIVAS PARA 2021 | 29

9. ANEXOS | 33

I. BALANÇO ANALÍTICO | 34

II. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS | 37

III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 38

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 40

V. ANEXO CONSOLIDADO | 43

1. Introdução | 43

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras | 43

3. Principais políticas contabilísticas | 44

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 73

5. Fluxos de Caixa | 74

6. Empresas incluídas na consolidação | 74

7. Empresas excluídas de consolidação integral | 75

8. Goodwill | 75

9. Alteração das empresas incluídas na consolidação | 75

10. Imposto sobre lucros | 76

11. Clientes | 78

12. Investimentos | 78

13. Ativos em poder de terceiros | 85

14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar | 86

15. Estado e outros entes públicos | 86

16. Diferimentos e acréscimos | 87

17. Financiamentos obtidos | 87

18. Fornecedores de investimentos | 88

19. Provisões e Imparidades | 89

20. Vendas e serviços prestados | 89

21. Subsídios à exploração | 90

22. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas | 90

23. Fornecimentos e serviços externos | 91

24. Gastos com o pessoal | 91

25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões | 94

26. Outros rendimentos | 94

27. Outros gastos | 95

28. Juros e rendimentos/gastos similares | 96

29. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento | 96

30. Investimentos em investigação e desenvolvimento | 97

31. Locações | 97

32. Risco Financeiro | 98

33. Qualidade e Ambiente | 100

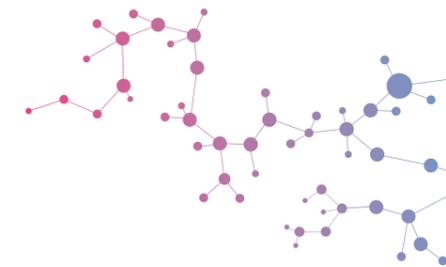
34. Garantias prestadas | 102

35. Acontecimentos após a data do balanço | 103

36. Divulgações exigidas por diplomas legais | 104

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 106

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 108



# MISSÃO, VISÃO & VALORES

BIAL é uma empresa farmacêutica de inovação. Dedicados à investigação, desenvolvimento e comercialização de medicamentos, estamos empenhados em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todo o mundo.

**A Missão de BIAL é encontrar, desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde.**

Tendo como linhas estratégicas a qualidade, a investigação e desenvolvimento e a internacionalização, somos motivados pela **Visão** que nos inspira:

**Ser uma empresa de dimensão internacional baseada em medicamentos inovadores próprios.**

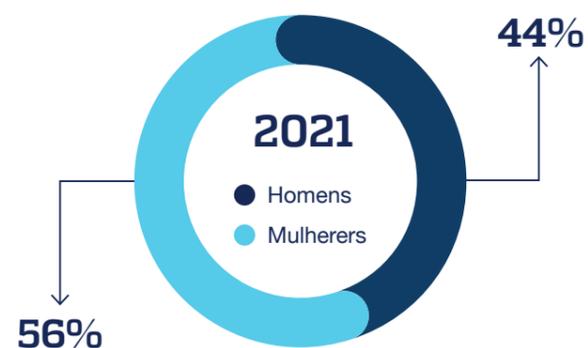
Os **Valores** que nos orientam refletem a nossa identidade:

- **Ao Serviço da Saúde**
- **Aposta na Qualidade e na Inovação**
- **Excelência da investigação científica**
- **Integridade e elevados padrões de ética**
- **Rigor, responsabilidade e trabalho em equipa**
- **Respeito pelos valores universais**

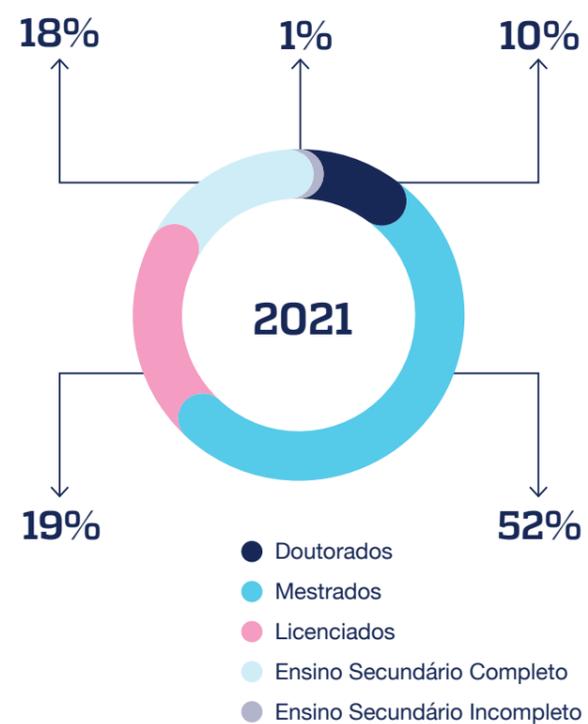
**Bial**  
Keeping life  
in mind.

# RECURSOS HUMANOS

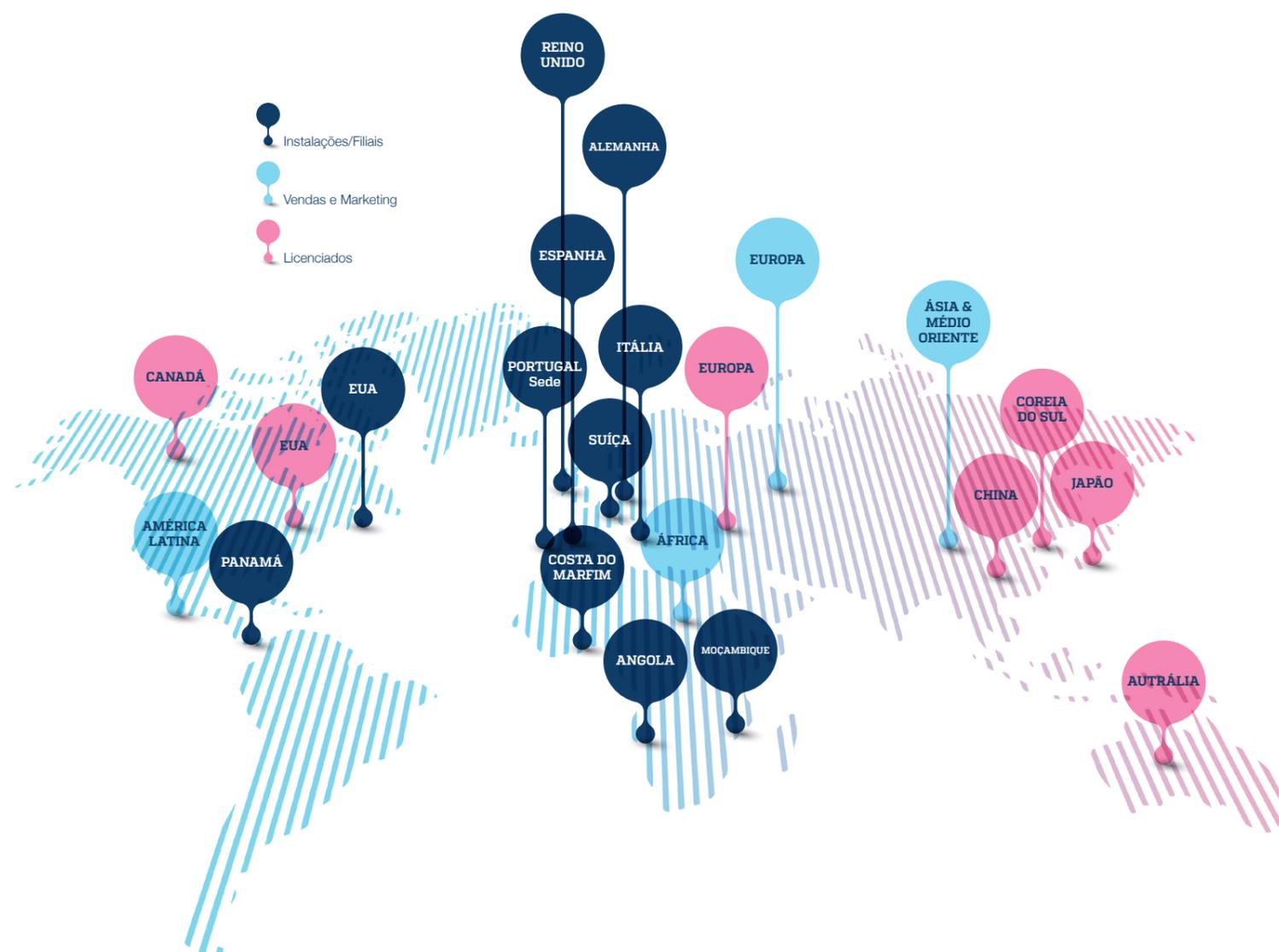
Distribuição por género



Habilitações literárias



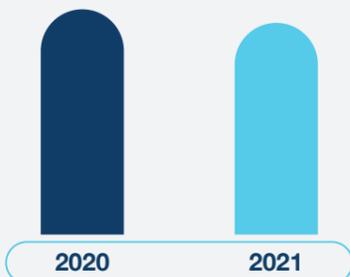
# BIAL NO MUNDO



# INDICADORES CHAVE

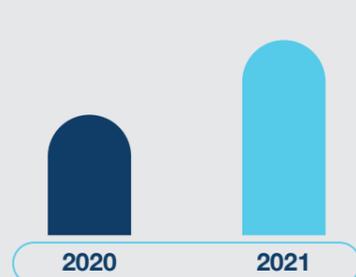
## Volume de Negócios

330 M€ 310,1 M€



## Investimento em I&D

50,3 M€ 81,5 M€



## Recursos Humanos Grupo

**867**  
GRUPO  
colaboradores



## Principais Áreas Terapêuticas

- Sistema Nervoso Central
- Antidiabéticos
- Sistema Respiratório
- Área Cardiovascular
- Sistema Músculo-esquelético
- Antianémicos
- Antibióticos

## Internacionalização

**75%**  
GRUPO  
vendas fora de Portugal



# 1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL

O Grupo BIAL, cuja empresa mãe é BIAL Holding S.A., em 2021.12.31 era composto por dezassete empresas, dez das quais no estrangeiro, e um escritório de representação na Costa do Marfim. Em 2021 não houve alteração na sua composição.

Em Portugal, a BIAL Holding, S.A. tem participações de 100% em seis empresas (BIAL - Portela & C<sup>a</sup>, S.A., MediBIAL - Produtos Médicos e Farmacêuticos S.A., BIALport - Produtos Farmacêuticos S.A., InterBIAL - Produtos Farmacêuticos, S.A., BIAL - Consumer Health S.A. e BIAL - R&D Investments S.A.). Esta última empresa foi constituída em junho de 2020, com um capital social de € 8,0M, com sede na Trofa, e cuja atividade é a realização e gestão de projetos de investigação com o objetivo de descobrir novos medicamentos para uso humano.

Em Espanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 99.94% no capital de Laboratorios BIAL, S.A.

Na Alemanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Deutschland GmbH.

No Reino Unido, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Pharma UK Limited.

Em Itália, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% do capital de BIAL Italia, S.r.l.

Em Angola, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% de BIAL Angola, S.A., 67% diretamente e 33% através de BIAL Portela & C<sup>a</sup>, S.A.

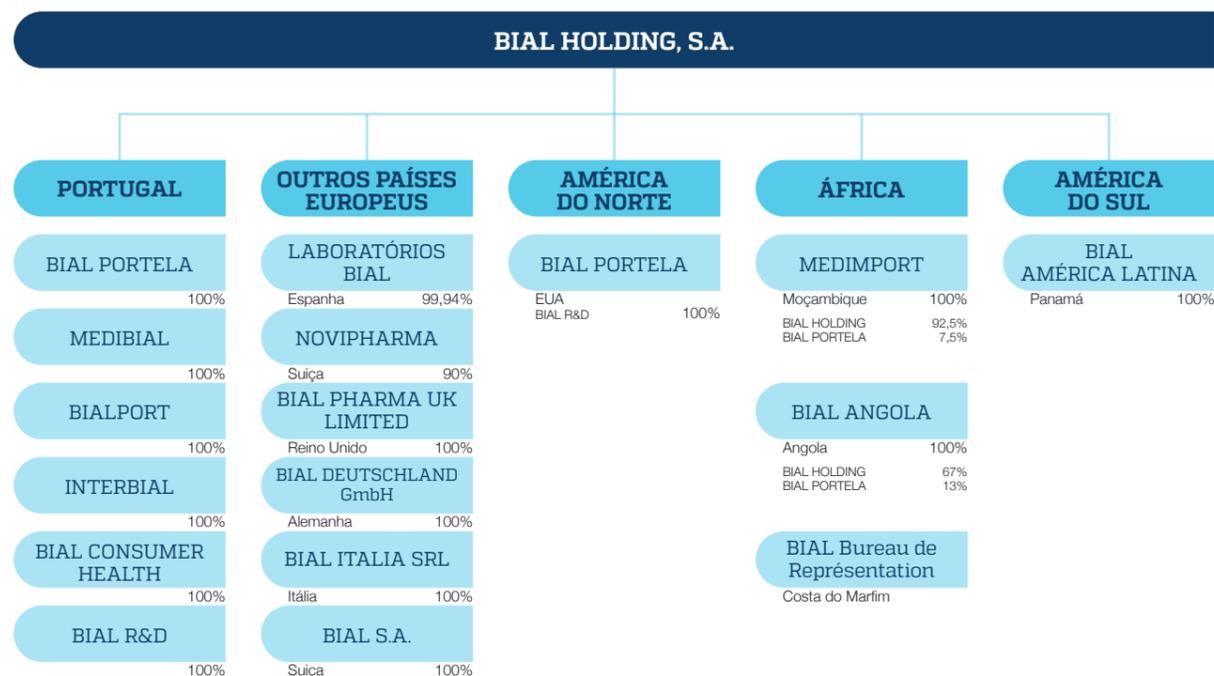
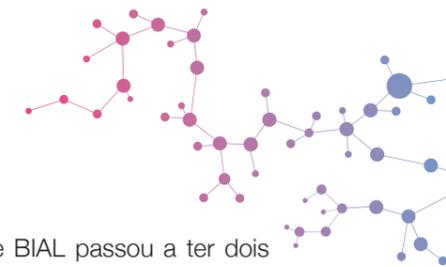
Em Moçambique, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% da Medimport - Importação, Exportação e Distribuição, Lda., 92,5% diretamente e 7,5% indiretamente através de BIAL - Portela & C<sup>a</sup>, S.A.

Na Suíça, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 90% na Novipharma S.A. e em 2018 foi criada a empresa BIAL S.A., participada a 100% pela BIAL Holding S.A..

Nos EUA, a BIAL Holding tem uma participação indireta de 100% na BIAL - Biotech Investments Inc., que é detida a 100% pela BIAL - R&D Investments S.A.. A empresa, com escritórios em Cambridge - Boston, dedica-se a projetos de investigação biotecnológicos na área da doença de Parkinson e outras doenças degenerativas

No Panamá, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 100% na BIAL América Latina.

Na Costa do Marfim tem um escritório de representação.



## 2. ATIVIDADE DO GRUPO BIAL

Em 2021, o volume de negócios consolidado foi de € 310,1M, uma redução de 6% face ao ano anterior. Esta evolução resulta de um crescimento das vendas de 3% e de um decréscimo dos serviços prestados de 70%.

As vendas foram de € 298,7M, + € 7,3M face a 2020, um crescimento baseado em Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson), com vendas de € 65M e um crescimento de 24%, consolidando-se como o segundo medicamento com maior faturação do Grupo. Para isso foi decisivo a evolução das suas vendas no Japão e nos EUA, que aumentaram € 14M face a 2020. Em sentido contrário, Zebinix / Aptiom (antiepilético), com vendas de € 118M, com um decréscimo de 12%, essencialmente em Espanha

(-27%). Esta evolução é explicada pela perda de patente em junho na Europa, que se traduziu na entrada de genéricos em alguns países, nomeadamente em Espanha, onde para ser competitivo foi decidido reduzir o seu preço em 40%. No entanto, é de salientar que foi possível nesse país aumentar ligeiramente as suas vendas em unidades.

Estes dois medicamentos de investigação BIAL representaram 61% das vendas do Grupo (54% em 2020) e são a base da sua internacionalização, o que evidencia os resultados económicos da nossa I&D, para além obviamente do valor terapêutico e da melhoria da qualidade de vida para os pacientes com epilepsia ou doença de Parkinson.

Por área terapêutica, o Sistema Nervoso Central representou 65% das vendas, seguindo-se o Sistema Respiratório (9%), Sistema Cardiovascular (7%), e Sistema Digestivo e Metabólico (6%). Houve um reforço do peso do SNC, mantendo-se as restantes áreas terapêuticas com pesos similares aos registados em 2020.

Por país, Espanha e Portugal representaram cada um 25% da faturação, seguido dos EUA com 21%. Seguem-se a Alemanha (6%), Japão (6%), e Itália (3%). Os seis principais mercados representam 86% e, com exceção de Espanha e Portugal, as vendas nesses países são de Zebinix / Aptiom e Ongentys. A restante faturação é realizada em algumas dezenas de países, quer da Europa, quer nos designados mercados emergentes. Nos dez maiores mercados (93% vendas), os com maior crescimento foram o Japão (+82%) e a França (+75%), que representou 2% das vendas do Grupo, país onde iniciamos a nossa atividade comercial e promocional direta a partir de fevereiro de 2021. Até esse mês era a EISAI, nosso licenciado na Europa, cujo contrato terminou nessa data, que vendia e promovia o Zebinix.

A composição das vendas por área geográfica mostra a forte internacionalização do Grupo, com 75% do seu volume de vendas nos mercados internacionais. Esta realidade é fruto dos medicamentos de investigação BIAL, que permitiram nos últimos anos a entrada nos mais importantes mercados farmacêuticos mundiais.

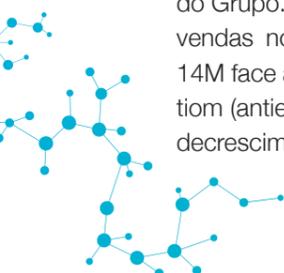
Espanha, mercado com a maior faturação do Grupo (€78M), teve um decréscimo das suas vendas de 7,5% em 2021, devido à redução do preço de Zebinix, pelos motivos já referidos, que continua a ser o seu principal produto, embora tenha decrescido as suas vendas em 27%. Esse decréscimo foi parcialmente compensado pelo crescimento de Ongentys (13%), Biresp (11%) e Ferbisol (23%). No ranking do mercado farmacêutico ambulatorio, informação IQVIA, BIAL ocupava, em 31 de dezembro 2021, a 38ª posição, naquele que é o quinto maior mercado europeu.

Nos EUA, desde 2020 que BIAL passou a ter dois medicamentos comercializados, através de empresas licenciadas, Aptiom e Ongentys. Em 2021 a sua faturação foi de € 68M, +19% face a 2020. É um mercado de grande importância para BIAL e que prevemos que continua a crescer no triénio, sendo previsível o crescimento das vendas anuais de ambos os produtos.

Em Portugal, as vendas cresceram 7,8%, para o que contribuiu especialmente os medicamentos lançados em março de 2020, Edistride e Ebymect, antidiabéticos de uma nova classe terapêutica (iSGLT2), que aumentaram as vendas face a 2020 em € 5,0M, um crescimento superior a 400%. Também é de realçar o crescimento de 73% de Elvanse (+€1,3M), para o tratamento da hiperatividade, e de Rantudil, anti-inflamatório tópico, em 29% (+1,0M). Em 31 de dezembro de 2020 BIAL ocupava a 7ª posição do mercado farmacêutico ambulatorio, informação IQVIA.

A Península Ibérica é um mercado com dimensão mundial, sendo um dos cinco grandes mercados europeus, a par da Alemanha, Reino Unido, França e Itália. Este espaço geográfico é o oitavo maior mercado mundial, sendo BIAL uma das maiores empresas no mercado ibérico. Continuará a ser um dos pilares do Grupo nos próximos anos, a par dos restantes mercados da União Europeia, Reino Unido, EUA e Japão.

Em 2021, na Alemanha, Itália, Reino Unido, França e Irlanda BIAL passou a ser diretamente responsável pela comercialização e promoção de Zebinix, em consequência do fim do acordo de licença com a Eisai. A par de Zebinix, com exceção de França, comercializa e promove igualmente Ongentys nesses países, para além da Suíça. BIAL tem assim uma estrutura europeia própria que lhe permite estar nos principais mercados com os seus medicamentos de investigação própria. Em outros países europeus,



como os países nórdicos, República Checa, Hungria, Eslováquia e Grécia, mantemos a comercialização de Zebinix através de acordos de licença e distribuição. É mais uma nova etapa no processo de internacionalização e de consolidação de BIAL na Europa.

Nos países emergentes, a evolução comercial foi positiva, com um crescimento de 11% das vendas face a 2020. Moçambique e Angola continuam a ser os dois principais mercados. Em Angola, as vendas foram de € 4,5M, um crescimento de 16% face a 2020, mas ainda distante dos € 6,5M faturados em 2019. As principais causas para esta evolução residiram numa melhoria dos efeitos da pandemia Covid-19 e numa menor instabilidade cambial do Kuanza, mas mantem-se uma situação económica e social muito difícil. Em Moçambique as vendas foram de € 6,7M, um decréscimo de 15%, devido a uma redução de 90% nos concursos (dificuldades de liquidez do Estado Moçambicano). Sem considerar os concursos as vendas cresceram 16%. Nos restantes países emergentes a situação foi favorável, especialmente na América Latina (€5,7 M, +24%) e nos French West Africa (€ 5,7 M, +5%).

No total, os mercados emergentes foram responsáveis por € 26,7M de vendas.

Os serviços prestados foram de € 11,4M (- 70% face a 2020), dos quais € 10,4M respeitam a serviços em Portugal de natureza promocional. Os “milestones” relativos a contratos de licenciamento foram de € 0,6M, quando em 2020 tinham sido de € 27,1M, o que explica o forte decréscimo dos serviços em 2020. Era uma evolução prevista uma vez que depende dos contratos de licenciamento em vigor e cujos pagamentos estão associados a determinados eventos. É de salientar que, até ao final da década, os “milestones” podem ascender a € 92M, decorrentes dos contratos de licença assinados até à data. O seu pagamento dependerá de aprovações futuras e do cumprimento de objetivos de vendas.

São positivas as perspetivas de crescimento para 2022 nos diversos países em que BIAL está presente, nomeadamente em Portugal, Japão, EUA e na generalidade dos países europeus.

### 3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

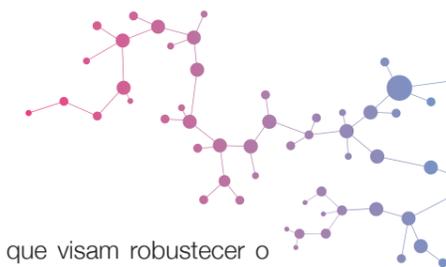
O Grupo BIAL desde a década de noventa tem um importante e ambicioso projeto de I&D, tendo como prioridade o sistema nervoso central, de que resultaram dois novos medicamentos nessa área, para além de ter desenvolvido ensaios clínicos noutras áreas terapêuticas, nomeadamente na cardiovascular.

Em 2007, iniciou-se o retorno financeiro do investimento em I&D, com a assinatura do primeiro contrato de licenciamento de uma nova molécula farmacêutica de raiz portuguesa (medicamento antiepilético

inovador, cujo princípio ativo é o acetato de esclerbazepina, comercializado com duas marcas a nível mundial – Zebinix (Europa) e Aptiom (EUA e Canadá). Seguiu-se em 2008 o acordo de licença para a Europa do mesmo medicamento.

Em 2013, é de assinalar o primeiro licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson investigado por BIAL, à empresa farmacêutica ONO para o Japão, cujo princípio ativo tem a designação de Opicapone e é comercializado com a marca





Ongentys a nível mundial. Seguiu-se o seu licenciamento para os EUA à empresa Neurocrine e a sua aprovação pela FDA, tendo iniciado a sua comercialização nesse mercado em 2020. Nesse mesmo ano foi também aprovado pela PMDA (Pharmaceuticals and Medical Drugs Administration) e iniciada a sua comercialização no Japão. EUA e Japão são os dois principais mercados da doença de Parkinson.

Assim, num período de cinco anos, BIAL passou a ter dois medicamentos inovadores, licenciados para os mercados mundiais mais importantes, garantia de um forte potencial comercial a médio e longo prazo, como se veio a concretizar nos últimos anos.

Recordamos que, em 2009, é lançado em alguns países da União Europeia o Zebinix, a que se seguiram outros mercados, sendo de destacar o dos EUA, em 2014, com a marca Aptiom. Em 2021, como já foi referido, Zebinix/Aptiom faturou € 118M, contribuindo de forma decisiva para a atual dimensão de BIAL.

Em 2016 é iniciada a comercialização de Ongentys na Alemanha e Reino Unido, a que se seguiram os lançamentos em Espanha, Itália e Portugal. Em 2020 foi lançado nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, e em 2021 em Taiwan, Áustria, Dinamarca e Finlândia. A sua faturação em 2021 foi de € 65M, e tem um forte potencial de crescimento. No final da década Ongentys deverá ser o medicamento que mais contribuirá para a faturação do Grupo.

A I&D de BIAL teve, e terá, um impacto muito relevante no crescimento do Grupo nos últimos anos e no futuro. É uma satisfação e um orgulho contribuirmos para a saúde de muitas dezenas de milhares de doentes em todo o mundo com epilepsia e doença de Parkinson, através de medicamentos inovadores com elevado valor acrescentado terapêutico. E acreditamos que, a médio prazo, novos medicamentos serão disponibilizados para uma melhor saúde dos pacientes em resultado dos projetos em curso.

Os trabalhos de investigação do projeto BIA2, Zebinix/Aptiom continuam com o objetivo de obter um melhor conhecimento sobre as suas características clínicas e potenciar a sua utilização nos diversos perfis dos doentes antiepilépticos. Assim, estão em cur-

so alguns estudos clínicos que visam robustecer o conhecimento sobre o medicamento e facilitar a sua utilização terapêutica.

O projeto BIA9, relativo ao Ongentys (opicapone), tem um importante conjunto de estudos e ensaios clínicos em curso quer de fase IV, quer de fase III. Os primeiros, para reforçar o conhecimento sobre o medicamento na prática clínica corrente, com diversos perfis de doentes. O ensaio de fase III para permitir avaliar a eficácia do Ongentys numa fase mais inicial da doença de Parkinson, que aumentará o seu potencial de prescrição se essa eficácia for demonstrada. Estão igualmente em estudo novas formulações do seu princípio ativo que poderão permitir novas vias de utilização terapêutica.

É de grande significado para BIAL ter dois medicamentos de investigação própria comercializados a nível mundial, o que credibiliza a qualidade da sua I&D.

O projeto BIA5 (Zamicastat), que tinha como objetivo obter um novo medicamento para a hipertensão pulmonar arterial, foi descontinuado, decisão complexa e difícil atendendo ao investimento realizado e às expectativas existentes sobre o seu potencial terapêutico. No entanto, uma conjugação de fatores negativos, de que salientamos a dificuldade de conciliar os direitos de propriedade industrial com os “timings” necessários à realização dos ensaios clínicos para demonstrar a sua eficácia terapêutica e a sua aprovação regulamentar, conduziram a esta decisão proposta pelos responsáveis da I&D e aprovada em dezembro pelo Conselho de Administração. O impacto desta decisão nas contas do Grupo em 2021 foi de € 15,2M, incluindo o custo dos trabalhos realizados durante o ano, os compromissos já assumidos para 2022 e imputados a 2021, e a amortização das patentes relativas ao projeto. De acordo com os critérios contabilísticos adotados por BIAL, os custos dos anos anteriores com este projeto não

foram imobilizados, mas afetos às contas dos exercícios em que tinham ocorrido, pelo que não afetaram as contas de 2021. A descontinuação de um projeto de investigação de um novo medicamento é uma situação que ocorre com alguma frequência e faz parte do risco de negócio da indústria farmacêutica. Daí o não se imobilizarem os projetos, a não ser quando há uma elevada probabilidade de sucesso, e/ou quando durante a fase de investigação são assinados acordos de licença que se traduzam em valores a receber que representem uma parte importante das despesas com os mesmos.

O projeto BIA28 tem como objetivo um potencial medicamento para o tratamento da doença de Parkinson, quando tem como origem mutações genéticas do gene GBA1, que origina a diminuição da atividade da enzima GCase, o que acelera a progressão da doença e o seu aparecimento numa fase mais precoce da vida. O projeto teve uma evolução significativa em 2021, com a realização de diversas atividades pré-clínicas e clínicas, e temos como objetivo iniciar no 4º trimestre do corrente ano um ensaio clínico fase II nos EUA e em alguns países europeus. É um projeto que envolve três empresas do Grupo (BIAL R&D Investments, BIAL Biotech e BIAL Portela), numa parceria para maximizar as sinergias existentes com um fim comum.

O BIA 28 teve a sua origem em agosto de 2020, quando foi celebrado um acordo de compra com a empresa biotecnológica americana Lysosomal Therapeutics Inc. relativo a um conjunto de ativos intangíveis, incluindo patentes e outros direitos de propriedade intelectual, entre os quais o atual BIA28. Essa aquisição foi o ponto de partida para constituir uma equipa de investigadores, baseada na BIAL Biotech Investments em Cambridge\Boston, especializada

em biotecnologia da saúde. Essa equipa, presentemente com catorze investigadores, está integrada na equipa de investigação BIAL, com óbvias mais valias para o Grupo.

Os restantes projetos estão em fase pré-clínica pelo que ainda há um longo programa de trabalho a implementar, sendo ainda prematuro avaliar o seu potencial terapêutico.

Em 2021, os investimentos em investigação e desenvolvimento totalizaram € 81,5M (€ 50,3M em 2020), repartidos por:

- Despesas correntes de funcionamento, no valor de € 76,9M, excluindo amortizações; e
- Aquisições para o ativo intangível e tangível, no valor de € 4,6M.

As amortizações de I&D foram de € 22,3M. Como gastos do exercício foram contabilizados € 94,8M associados à I&D, o que reflete o enorme esforço financeiro de BIAL com os projetos de investigação. Os valores de 2021 foram afetados por custos decorrentes da descontinuação do projeto BIA5 no valor de € 8M, num total de € 15M contabilizados como custos em 2021 deste projeto.

Dos contratos de licenciamento assinados com empresas terceiras, estão previstos a médio prazo receitas de € 92M, o que será um contributo importante para o autofinanciamento do investimento em I&D. No entanto, e como já referido, o grande contributo da investigação BIAL são os dois medicamentos em comercialização, que representaram 61% das vendas do Grupo em 2021.

## 4. SITUAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA

A estrutura económica e financeira do Grupo é equilibrada e foi reforçada nos últimos anos, embora com menor expressão em 2021. Nesse ano os resultados não foram tão positivos como em 2020 por duas principais razões: o “turnover” diminuiu em 6% e há gastos de I&D de € 94,8M imputados à conta de resultados (31% do “turnover”). Nos pontos anteriores foram apresentados os motivos quer da evolução do volume de negócios, quer das despesas de investigação.

Face ao referido, é de salientar a rentabilidade operacional de BIAL que consegue gerar resultados líquidos positivos numa conjuntura menos positiva em termos de “turnover”, e com gastos de I&D acima do previsto derivado da descontinuação do projeto BIA5.

Foi com confiança que BIAL realizou em 2021 os seus investimentos em I&D, assumindo os riscos e custos inerentes à mesma, a pensar no desenvolvimento sustentado a longo prazo,

Os Resultados Líquidos do Grupo, em 2021, foram de € 7,3M, dos quais € 5,6M atribuíveis aos detentores do capital da empresa mãe, BIAL Holding, e € 1,7M aos interesses minoritários. O EBITDA foi de € 46,0M e os Resultados Operacionais de € 14,6M. Nestes resultados estão incluídos € 94,8M de custos associados à I&D, como referido no ponto anterior. Os resultados financeiros foram negativos (€ 4,7M), de que resultaram resultados antes de impostos de € 9,9M.

Os Capitais Próprios são de € 284,0M, o Passivo de € 261,0M e o Ativo de € 544,9M, o que reflete um

balanço saudável, com indicadores de solvabilidade e autonomia financeira positivos. O financiamento líquido é de € 153,4M, o que representa 3,3x o EBITDA, rácio com um valor superior ao que temos como objetivo, mas que deve ser enquadrado no facto do EBITDA estar afetado por € 76,9M de gastos de I&D. Sem esses gastos o rácio seria de 1,3, valor muito positivo.

BIAL - Portela & C<sup>a</sup>, S.A. é a principal empresa do Grupo, centraliza a atividade industrial e as funções corporativas, sendo a companhia com maior peso em termos comerciais e de I&D. A sua faturação foi de € 237,7M e o seu EBITDA de € 36,9M. Os Resultados Líquidos foram de € 1,4M. O Ativo Líquido é de € 451,4M, o Passivo de € 258,1M e os Capitais Próprios de € 193,4M.

A filial em Espanha é uma empresa essencialmente comercial e apresentou um volume de negócios de € 77,8M. O seu Resultado líquido foi de € 3,8 M, com um EBITDA de € 6,5M, sendo nulo o seu financiamento. O seu Ativo é de € 32,8M, o passivo de € 17,4M, e os Capitais Próprios de € 14,1M. O mercado espanhol é prioritário para BIAL e continuará a ser através do seu crescimento orgânico, baseado especialmente em Ongentys, Biresp e Gregal. Zebinix continuará a ser o produto com maior faturação. Assim, o sistema nervoso central e a área respiratória serão os “drivers” da atividade em Espanha.



A Novipharma teve em 2021 um importante contributo para as contas do Grupo, como tem acontecido nos últimos anos, com uma faturação de CHF 44,5M, um Resultado Líquido de CHF 17,9M e um EBITDA de CHF 21,2M, não tendo financiamentos. O seu Ativo é de CHF 62,3M, o Passivo de CHF 7,7M e os Capitais de CHF 54,5M. Em termos operacionais desempenha importantes funções logísticas, de “procurement” associado aos princípios ativos dos medicamentos de investigação BIAL, gestão da produção nas CMO (Contract Manufacturing Organization), e relação com algumas das licenciadas de BIAL.

A Medimport teve um volume de negócios de € 6,9M e um Resultado Líquido de € 1,0M, após ter tido resultados negativos de € 1,2M em 2020. Foi desta forma resposta a sua rentabilidade e recuperadas as perdas do ano anterior. Para esta evolução contribuiu essencialmente a estabilidade do Metical face ao Euro, que tinha desvalorizado fortemente em 2020. É de salientar que Medimport é líder do mercado ambulatorio em Moçambique, sendo vários dos medicamentos BIAL líderes nas respetivas áreas terapêuticas.

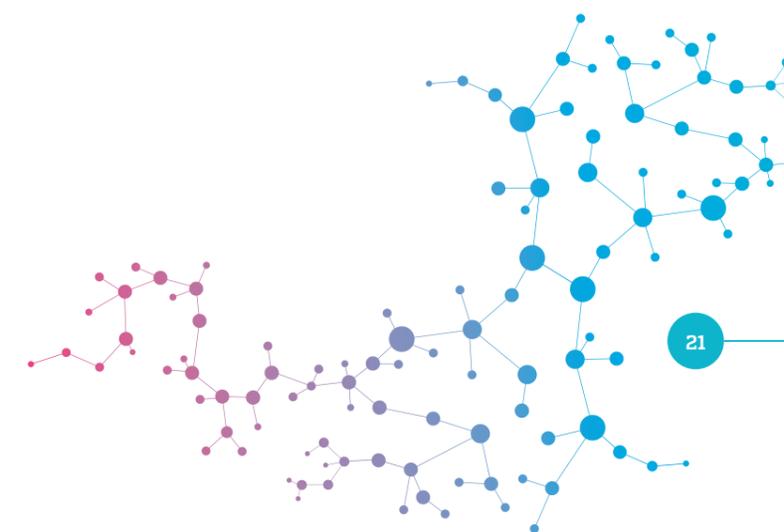
BIAL Itália teve uma faturação de € 10,1M, um crescimento de 22% face a 2019. Teve um resultado líquido negativo de € 2,3M. Não obstante o resultado líquido negativo, há uma evolução favorável da sua atividade e prevê-se que em 2022-23 possa ter resultados positivos.

A BIAL R&D Investments é uma filial focada na I&D, com a responsabilidade da gestão de alguns projetos em parceria com outras empresas do Grupo, de que se destaca o BIA28. Os seus custos operacionais foram de € 17M, refletindo os gastos em investigação, não tendo tido receitas próprias. Os Resultados Líquidos foram negativos em € 13,4M. O financiamento da sua atividade é realizado pela BIAL Holding, enquadrado na política de I&D de BIAL. Em 2021 traduziu-se numa injeção de € 20M sob a forma de prestações acessórias de capital.

As restantes filiais do Grupo não têm significado nas contas consolidadas do Grupo uma vez que a sua

atividade é quase exclusivamente realizada com a BIAL - Portela & C<sup>a</sup>, pelo que as suas contas individuais não têm expressão em termos de consolidação contabilística.

O exercício de 2021 caracterizou-se pela consolidação da atividade comercial (+3% vendas), por um fortíssimo investimento em investigação, e pela estabilidade da estrutura do balanço.



## 5. SUSTENTABILIDADE, QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE

O Grupo BIAL, desde há mais de vinte anos, desenvolve uma política de responsabilidade corporativa, transversal a todas as suas empresas e áreas funcionais, assente nos seus valores e orientada pelos princípios da ESG (Environment, Social, Governance).

Esta postura tem evoluído, tornando-se progressivamente mais abrangente e presente no dia a dia da sua atividade, quer através de um conjunto de certificações internacionais na área da qualidade, ambiente e segurança, quer pela definição de procedimentos e práticas associados à economia circular, responsabilidade social e boas práticas de “governance”.

Na sequência da avaliação das ações realizadas e dos resultados obtidos em 2021, e em linha com os anos anteriores, o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente e o Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) estão adequados à política do Grupo, refletindo os princípios, propósitos e valores de BIAL. Os sistemas foram avaliados com realização de inúmeras auditorias externas e internas, assim como pela monitorização dos indicadores de gestão e processo.

No que respeita à política da Qualidade e IDI, é de salientar:

- No Sistema de Gestão da Qualidade, implementado desde 2001, em 2021 foi realizada com sucesso a auditoria de acompanhamento, mantendo-se a certificação pela Norma ISO 9001:2015.

- Foi realizada igualmente com sucesso uma auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão Ambiental, em conformidade com a norma ISO 14001:2015, mantendo-se a respetiva certificação.
- Em 2021 foi realizada com sucesso uma auditoria de acompanhamento à nova norma ISO 45001:2018, em que tinha ido realizada em 2020 a auditoria de migração, mantendo-se a certificação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança.
- Foi também realizada com sucesso a auditoria de acompanhamento ao Sistema de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), em conformidade com a norma NP 4457:2007, mantendo-se a respetiva certificação.
- Consolidação das Boas Práticas (Clínicas, de Fabrico e de Laboratório), comprovada por diversas auditorias externas e internas.
- Renovação do certificado GMP (Good Manufacturing Practices) pelo Infarmed para o fabrico de medicamentos de uso humano e medicamentos experimentais das suas instalações em Portugal.
- Manutenção do certificado GDP (Good Distribution Practices) pelo Infarmed para a distribuição de medicamentos de uso humano.

Para 2022 estão aprovados os planos de atividade que reforçam os projetos de melhoria continua e a integração dos novos espaços e funcionalidades de-

correntes do plano de investimento em infraestruturas, ampliação e remodelação das instalações industriais e logísticas que terminará ao longo do corrente ano.

Na área ambiental e da economia circular foram realizadas diversas iniciativas, de que salientamos:

- Entrada em funcionamento, em 2021.01.02, de 1'244 painéis fotovoltaicos que permitem a satisfação das necessidades de energia até 15% do consumo. No 2º semestre do corrente ano está previsto realizar um reforço de instalação que poderá duplicar a atual capacidade.
- Renovação da Estação de Tratamento de Efluentes Industriais, com um novo sistema de filtro, que permitem reduzir em 49% a carga poluente do efluente tratado.
- Implementação de medidas para obter uma maior eficácia energética que tiveram como resultado uma redução de 13% do consumo energético por embalagem produzida.

- Utilização de papel 100% reciclado de utilização única, que permitiu obter uma redução indireta de mais de 2'500 ton de CO2.
- Contratualização para o “site” em Portugal de fornecimento de energia elétrica com garantia de origem, que certifica que esta foi produzida através de fontes renováveis, com uma redução de 47% das emissões de gases com efeito estufa.
- Promoção de práticas de economia circular através de parcerias com os nossos fornecedores, assim como o encaminhamento de 3,9 ton de resíduos solventes orgânicos para recuperação \ regeneração.

Os relatórios anuais “Performance Analysis - Quality, Health & Safety and Environment” e “RDI Management System - Performance Evaluation” traduzem, através das suas métricas, o referido e apresentam linhas de ação para a melhoria dos indicadores de desempenho.

## 6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Grupo BIAL tem como referência os princípios da política ESG, em que a política ativa de responsabilidade social é um dos eixos base. Foram desenvolvidas múltiplas ações nesse âmbito, nomeadamente a colaboração com numerosas instituições de utilidade pública que tem como objetivo a promoção da qualidade de vida das pessoas, a cultura, a educação, a saúde, a qualidade do ambiente e o incentivo à I&D.

É de destacar a presença de BIAL como membro fundador da Fundação BIAL, entidade de utilidade pública criada em 1994, conjuntamente com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Organização de simpósios, atribuição de bolsas de investigação, e atribuição de prémios à investigação são as suas principais atividades. Em 2021 é de salientar a atribuição do Prémio Maria de Sousa, em parceria com a Ordem dos Médicos de Portugal, e o Prémio BIAL de Medicina Clínica, que em conjunto representaram € 245'000, assim como o anúncio

da terceira edição do “BIAL Award in Biomedicine” no valor de € 300'000. O prémio correspondente à segunda edição foi entregue em fevereiro passado, em cerimónia presidida pelo Senhor Presidente da República Portuguesa. É um prémio de âmbito internacional, que visa premiar e reconhecer uma obra publicada nos últimos 10 anos, de alta qualidade e de relevante impacto científico na área da medicina.

Em 2021, BIAL concedeu € 2,7M de donativos a diversas entidades, para além de outros patrocínios e apoios não financeiros a múltiplas iniciativas da sociedade civil e que se enquadram no âmbito da sua política de mecenato.

BIAL tem como missão desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde, procurando melhorar a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade, conciliando a sua atividade, nomeadamente a produtiva e de I&D, com o meio ambiente e o bem-estar das pessoas. Os seus dois medicamentos de investigação própria para a epilepsia e a doença de Parkinson são o melhor exemplo da sua missão, contribuindo para o bem-estar de muitas dezenas de milhares de doentes em todo o mundo.

BIAL aposta continuamente na melhoria qualitativa e na formação contínua dos seus colaboradores, dos quais mais de 83% têm um grau académico universitário. Uma sólida formação académica é essencial para a obtenção de níveis de desempenho elevados, com valor acrescentado significativo em todas as áreas funcionais. A par dessa formação de base, há a preocupação permanente de ter uma adequada formação, interna e externa, a todos os colaboradores de forma a se acompanhar o desenvolvimento da ciência, em especial nas áreas da saúde, independentemente do país em que residem e das funções que exercem. Tem igualmente uma política ativa de integração e não discriminação em todos os países onde está presente, qualquer que seja o fator (género, raça, idade, religião, política, cultura).

BIAL mantém o seu apoio a instituições culturais, científicas, de solidariedade social e educacional. O apoio, no âmbito do mecenato, abrange fundações

culturais (artísticas, musicais, entre outras), fundações científicas, organizações de intervenção social, organismos de saúde e de educação, nomeadamente Universidades. Deste modo, BIAL procura concretizar um objetivo de responsabilidade social, assumindo a promoção do bem-estar da sociedade e do seu desenvolvimento transversal - cultural, científico, social, educacional e ambiental.

O Grupo está associado a diversas iniciativas da sociedade civil e colabora com diversas entidades de vários países, com participação ativa na sua concretização, quer através de apoio financeiro, quer diretamente na sua realização, com a intervenção dos seus mais diversos colaboradores, nomeadamente dos membros dos seus órgãos sociais.

É nosso objetivo continuar a desenvolver com os diversos parceiros, públicos e privados, atividades que contribuam para o bem-estar da sociedade e o seu desenvolvimento humano.



## 7. FACTOS SUBSEQUENTES a 2021.12.31

A invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022.02.24 criou uma forte instabilidade política, económica e social que ainda é difícil de estimar as suas consequências. A turbulência existente nos mercados, quer financeiros, quer de bens e serviços, é enorme com especial incidência nas bolsas de valores mobiliários financeiros, e nalguns mercados de bens e serviços (petróleo, gás, cereais, transportes, ...). Obviamente que o seu impacto dependerá do tempo em que se mantiver o conflito armado e os termos em que for negociado um acordo de paz, assim como o que suceder à política de sanções.

O Grupo BIAL tem uma atividade comercial residual, quer como fornecedor, quer como cliente, na Rússia e na Ucrânia, com exceção de um ensaio clínico que estava a decorrer nesse último país. Nos países limítrofes a sua atividade é igualmente residual.

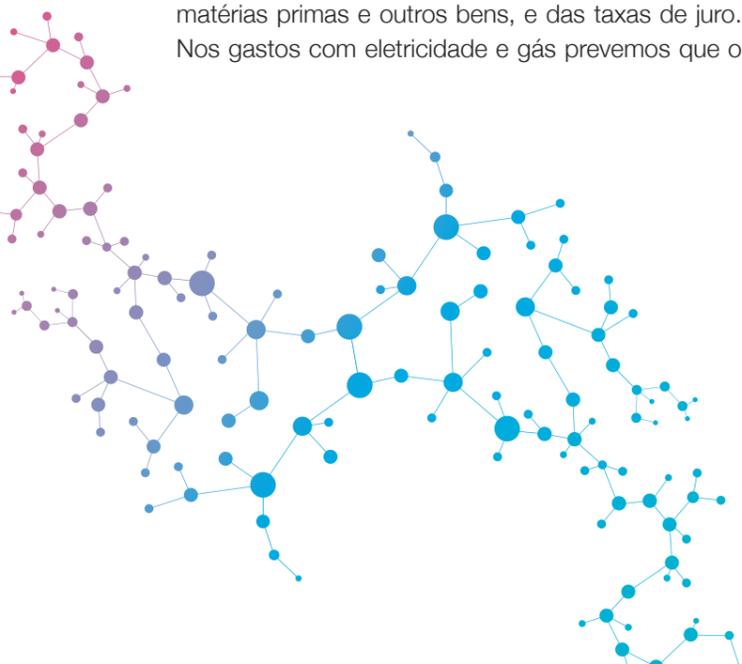
Assim, o impacto em BIAL ir-se-á sentir de forma indireta através do aumento de preços da energia, matérias primas e outros bens, e das taxas de juro. Nos gastos com eletricidade e gás prevemos que o

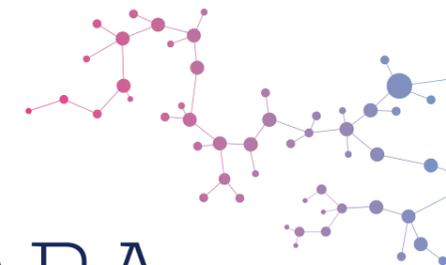
aumento deverá ser próximo de € 1,0M, devido à tomada de medidas para redução do seu consumo, já em estudo antes do conflito, e ao aumento da produção de energia fotovoltaica. Nas matérias-primas é muito difícil fazer uma estimativa, embora nos nossos dois principais produtos tenhamos stocks superiores a um ano e encomendas colocadas para mais de um ano. O impacto da subida das taxas de juro está minimizado porque 74% dos financiamentos são a taxa fixa ou tem "swaps". Para um aumento de 1% nas taxas Euribor a 6 meses e 12 meses, o adicional de juros em 2022 seria de € 180K.

É igualmente de considerar que deverá haver uma estagnação das principais economias mundiais, que são os nossos mercados mais importantes. No passado, o mercado farmacêutico foi pouco sensível à conjuntura económica em termos de procura, sendo o medicamento um bem estável, principalmente quando comparado com quase todos os outros bens. Pensamos que em 2022 se manterão estas características.

Em termos financeiros, temos capacidade de cumprir com os compromissos existentes, atendendo à presente situação financeira de BIAL e não é previsível uma alteração significativa das receitas e recebimentos previstos para 2022.

Estamos conscientes dos riscos numa conjuntura atípica e volátil, após dois anos complexos devido à pandemia Covid-21, pelo que estamos preparados para tomar decisões e encontrar soluções que minimizem os impactos negativos da presente conjuntura.





## 8. PERSPETIVAS PARA 2022

Estão aprovados os Planos e Orçamentos de Exploração e Investimento para 2022, que vão dar continuidade à política estratégica de BIAL, assente na I&D e na Internacionalização, a par de práticas de sustentabilidade e responsabilidade social

A dinamização da atividade comercial é uma prioridade, transversal às diversas filiais do Grupo, com o foco nos medicamentos de investigação BIAL, especialmente de Ongentys que será o motor do crescimento no triénio.

Em Espanha, a prioridade é dar continuidade ao crescimento de Ongentys e dos medicamentos da área respiratória, a par de manter o crescimento de Zebinix em número de doentes.

No mercado português o “focus” em 2022 mantém-se, sendo os novos medicamentos para a diabetes tipo 2, lançados em 2020 e com um desempenho muito bom em 2021, e os medicamentos para as doenças respiratórias (em especial a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica e Asma), os “drivers” do crescimento.

Nos EUA, Japão, Coreia do Sul manter uma proximidade com as nossas licenciadas de forma a potenciar o crescimento de Ongentys e Aptiom, através do apoio científico e médico, para além da prestação de um bom serviço logístico.

Nas nossas filiais europeias, que comercializam e/ou promovem Zebinix e Ongentys, o objetivo é garantir o crescimento de ambos os medicamentos.

Nos mercados emergentes, o objetivo é reforçar as exportações de BIAL - Portela & Cª para as dezenas de países onde se comercializam os nossos medicamentos. Prevemos iniciar a nossa atividade comercial no México através de uma parceria com uma empresa local.

O plano de investimentos aprovado para 2022 é de grande importância e tem como objetivo finalizar os projetos em curso. São de salientar a nova unidade de antibióticos que se prevê operacional em julho, a expansão da fábrica igualmente prevista a sua conclusão em meados do ano, a finalização da expansão logística em dezembro, e a conclusão do novo edifício social em abril.

Os projetos de investigação das Novas Entidades Químicas estão em desenvolvimento, com especial enfoque nos projetos de investigação BIA9 e BIA28. Está em curso uma reavaliação dos atuais projetos para reavaliar o seu potencial terapêutico e os investimentos previstos.

O projeto BIA9, medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, tem como prioridade a continuação de um ensaio clínico de fase III para a utilização em fases mais precoces da doença, assim como a continuidade dos ensaios clínicos de fase IV na Europa, para robustecer o conhecimento terapêutico do produto em condições de prática clínica reais.

O projeto BIA28, medicamento para a doença de Parkinson, quando é resultante de uma mutação genética específica, é uma prioridade de forma a que se iniciem os ensaios clínicos de fase II até ao final do corrente ano.

Outros projetos de I&D estão em desenvolvimento quer em Portugal, quer nos EUA. São projetos em fase pré-clínica, cujos trabalhos são desenvolvidos maioritariamente pela nossa equipa de investigadores.

A confiança dos acionistas foi e será fundamental para o processo de desenvolvimento do Grupo, baseado numa visão estratégica de médio e longo prazo alinhada com os seus acionistas. Os resultados obtidos nos últimos anos demonstram a capacidade em implementá-la e dão confiança no futuro de BIAL como empresa uma farmacêutica internacional, assente na inovação e investigação.

O Conselho de Administração manifesta o seu sentido agradecimento aos Administradores que, em 2021, cessaram as respetivas funções: Senhor Doutor Luís António Silva Duarte Portela, Presidente do Conselho de Administração, Senhora Dra. Isabel Maria Nogueira Matias Morgado de Almeida Teixeira e Senhor Professor Doutor Patrício Manuel Vieira Araújo Soares da Silva, Vogais do mesmo Conselho. A devotada lealdade e o inextinguível rigor no desempenho, durante décadas, das mais importantes funções executivas em BIAL não podem deixar de ser veementemente salientados e reconhecidos, constituindo um exemplo para todos aqueles que, no âmbito da renovação em curso, lhes sucederão na gestão e na condução dos destinos da Empresa.

Uma nota especial ao Senhor Doutor Luís António Silva Duarte Portela, neto do fundador da empresa, que abdicando da sua carreira de médico, académico e investigador, dedicou toda a sua energia e competências na transformação de uma pequena empresa nacional, numa empresa internacional fortemente

inovadora. Esta transformação só foi possível graças à sua visão, espírito empreendedor e capacidade de correr enormes riscos. Sob a sua liderança, BIAL transformou-se na empresa referência de investigação e desenvolvimento em Portugal, tendo lançado a nível global os dois únicos medicamentos inovadores de raiz portuguesa. O seu exemplo de trabalho e dedicação serve, e continuará servindo, de referência a todos na empresa, de forma a continuarmos a desbravar novas conquistas.

Trofa, 2022.03.24

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Presidente**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOSÉ BASTOS | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**





## 9. ANEXOS

## I. BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em euros

ATIVO	Notas	DATAS	
		2021.12.31	2020.12.31
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>			
Terrenos e recursos naturais		12 406 207	12 406 207
Edifícios e outras construções		7 276 225	8 877 196
Equipamento básico		9 752 825	10 230 313
Equipamento de transporte		279 574	280 450
Equipamento administrativo		1 100 816	1 446 428
Outros ativos fixos tangíveis		205 507	245 118
Ativos fixos tangíveis em curso		9 462 063	900 632
Adiantamentos a fornecedores de investimento		2 440 887	74 650
	<b>12</b>	<b>42 924 103</b>	<b>34 460 994</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>			
Projetos de desenvolvimento		171 179 722	187 240 699
Propriedade industrial		7 512 461	12 736 514
Outros ativos intangíveis		76 648	52 843
Ativos intangíveis em curso		8 310 372	5 582 804
Goodwill	<b>8</b>	6 792 549	8 490 686
	<b>12</b>	<b>193 871 751</b>	<b>214 103 547</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		581 473	466 293
	<b>12</b>	<b>696 293</b>	<b>581 113</b>
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>			
Outras créditos a receber	<b>14</b>	25 456 686	24 667 119
		<b>25 456 686</b>	<b>24 667 119</b>
<b>IMPOSTOS DIFERIDOS</b>			
Ativos por impostos diferidos	<b>10</b>	67 287 174	64 001 367
		<b>67 287 174</b>	<b>64 001 367</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
<b>INVENTÁRIOS</b>			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	<b>22</b>	82 845 659	55 672 508
Mercadorias	<b>22</b>	11 813 393	16 037 943
Produtos e trabalhos em curso		2 205 984	3 915 971
Produtos acabados e intermédios		9 839 620	8 490 568
		<b>106 704 656</b>	<b>84 116 990</b>
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>			
Clientes	<b>11</b>	51 047 312	35 287 152
Estado e outros entes públicos	<b>15</b>	10 966 219	2 852 762
Outras créditos a receber	<b>14</b>	15 109 413	17 270 071
Devedores por acréscimos de rendimentos	<b>16</b>	6 130 859	16 627 913
		<b>83 253 803</b>	<b>72 037 898</b>
<b>DIFERIMENTOS</b>			
Gastos a reconhecer	<b>16</b>	3 485 934	2 705 256
		<b>3 485 934</b>	<b>2 705 256</b>
<b>CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>			
Depósitos a prazo		912 162	12 849
Depósitos à ordem		20 238 500	57 306 451
Caixa		102 794	122 282
	<b>5</b>	<b>21 253 456</b>	<b>57 441 583</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>544 933 857</b>	<b>554 115 868</b>

34

Valores em euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	DATAS	
		2021.12.31	2020.12.31
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito		52 500 000	52 500 000
Prémios de emissão		12 500 000	12 500 000
Reservas legais		25 800	25 800
De conversão camBIAL		4 792 432	3 571 731
Outras reservas		38 913 924	-3 327 562
Subsídios		24 381 584	26 003 496
Instrumentos financeiros		-182 755	-360 143
Resultados transitados		140 192 456	143 791 845
Subtotal		273 123 441	234 705 167
Resultado líquido do exercício		5 620 415	41 642 099
		<b>278 743 856</b>	<b>276 347 267</b>
<b>Interesses que não controlam</b>		<b>5 242 401</b>	<b>5 284 591</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>283 986 257</b>	<b>281 631 857</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	<b>19</b>	2 128 668	669 164
Empréstimos obrigacionistas	<b>17</b>	60 000 000	63 500 000
Financiamentos obtidos	<b>17</b>	57 434 761	69 056 123
Passivos por impostos diferidos	<b>10</b>	2 355 061	2 362 285
Fornecedores de investimentos	<b>18</b>	0	76 909
Outras dívidas a pagar	<b>14</b>	7 078 524	7 549 402
		<b>128 997 014</b>	<b>143 213 882</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores		39 523 393	38 989 475
Estado e outros entes públicos	<b>15</b>	5 824 305	3 464 446
Empréstimos obrigacionistas	<b>17</b>	3 500 000	8 000 000
Financiamentos obtidos	<b>17</b>	53 728 177	34 357 897
Fornecedores de investimentos	<b>18</b>	4 234 653	7 724 497
Outras dívidas a pagar		3 262 502	3 227 287
Outros passivos	<b>16</b>	17 120 793	24 987 158
		<b>127 193 823</b>	<b>120 750 760</b>
<b>DIFERIMENTOS</b>			
Rendimentos a reconhecer	<b>16</b>	4 756 763	8 519 368
		<b>4 756 763</b>	<b>8 519 368</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>260 947 600</b>	<b>272 484 010</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>544 933 857</b>	<b>554 115 868</b>

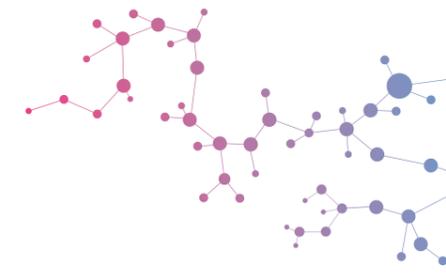
35



## II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas	20	298 721 864	291 369 098
Serviços prestados	20	11 386 620	38 341 075
<b>Volume de negócios</b>		<b>310 108 485</b>	<b>329 710 173</b>
Subsídios à exploração	21	2 318 361	5 147 145
Trabalhos para a própria entidade			
Variação nos inventários da produção		440 826	7 498 719
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-77 678 571	-77 544 515
Fornecimentos e serviços externos	23	-104 913 733	-101 180 642
Gastos com o pessoal	24	-73 616 390	-62 345 149
Perdas por imparidade	19; 25	-1 174 399	-5 405 261
Provisões	25	-1 420 622	0
Reversões	19; 25	4 920 870	254 187
Outros rendimentos	26	11 113 034	9 584 016
Outros gastos	27	-24 137 729	-21 229 384
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>45 960 131</b>	<b>84 489 289</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	-32 611 220	-31 362 272
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas)/reversões	12; 25	1 261 067	2 292 394
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>14 609 978</b>	<b>55 419 411</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	28	26 052	67 949
Juros e gastos similares suportados	28	-4 759 707	-5 814 308
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>9 876 323</b>	<b>49 673 053</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	2 597 656	5 925 496
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>7 278 667</b>	<b>43 747 556</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		5 620 415	41 642 099
Interesses minoritários		1 658 252	2 105 457



### III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2020

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	3 175 038	-2 354 209	27 813 609	127 807 668	-422 786	17 510 826	238 555 948	4 380 519	242 936 467
Aplicação resultado líquido					-973 353		18 484 180		-17 510 826	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	3 175 038	-3 327 562	27 813 609	146 291 845	-422 786	0	<b>238 555 948</b>	<b>4 380 519</b>	<b>242 936 467</b>
Alterações de políticas contábilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				396 693						396 693	26 891	423 584
Subsídios						-2 335 630				-2 335 630		-2 335 630
Ajustamentos por impostos diferidos						525 517		-18 187		507 330		507 330
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								80 829		-2 419 171		-2 419 171
	0	0	0	396 693	0	-1 810 113	0	62 643	0	<b>-3 850 777</b>	<b>26 891</b>	<b>-3 823 890</b>
Resultado líquido do período									41 642 099	<b>41 642 099</b>	2 105 457	<b>43 747 556</b>
Resultado integral									41 642 099	<b>37 791 322</b>	2 132 348	<b>39 923 666</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>												
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Distribuições							-2 500 000					
Outras operações										0	-1 228 276	<b>-1 228 276</b>
<b>Posição no fim do período</b>	<b>52 500 000</b>	<b>12 500 000</b>	<b>25 800</b>	<b>3 571 731</b>	<b>-3 327 562</b>	<b>26 003 496</b>	<b>143 791 845</b>	<b>-360 143</b>	<b>41 642 099</b>	<b>276 347 270</b>	<b>5 284 591</b>	<b>281 631 857</b>

### DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2021

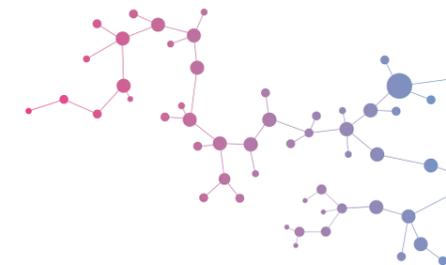
DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	3 571 731	-3 327 562	26 003 496	143 791 845	-360 143	41 642 099	276 347 270	5 284 591	281 631 857
Aplicação resultado líquido					42 241 486		-599 387		-41 642 099	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	3 571 731	38 913 924	26 003 496	143 192 456	-360 143	0	<b>276 347 270</b>	<b>5 284 591</b>	<b>281 631 857</b>
Alterações de políticas contábilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				1 220 702						1 220 702	170 866	1 391 568
Subsídios						-2 092 789				-2 092 789		-2 092 789
Ajustamentos por impostos diferidos						470 878		-51 499		419 379		419 379
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								228 885		228 885		228 885
	0	0	0	1 220 702	0	-1 621 911	0	177 386	0	<b>-223 824</b>	<b>170 866</b>	<b>-52 958</b>
Resultado líquido do período									5 620 415	<b>5 620 415</b>	1 658 252	<b>7 278 667</b>
Resultado integral									5 620 415	<b>5 396 591</b>	1 829 118	<b>7 225 709</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>												
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Distribuições							-3 000 000					
Outras operações										0	-1 871 308	<b>-1 871 308</b>
<b>Posição no fim do período</b>	<b>52 500 000</b>	<b>12 500 000</b>	<b>25 800</b>	<b>4 792 432</b>	<b>38 913 924</b>	<b>24 381 584</b>	<b>140 192 456</b>	<b>-182 755</b>	<b>5 620 415</b>	<b>278 743 856</b>	<b>5 242 401</b>	<b>283 986 257</b>



#### IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	2021		2020	
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Recebimentos de clientes	358 965 719		368 072 088	
Pagamentos a fornecedores	-291 718 649		-222 493 013	
Pagamentos ao pessoal	-71 088 962		-60 370 683	
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-3 841 893</b>		<b>85 208 391</b>	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-8 003 104		-5 845 351	
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-6 520 204		-9 917 598	
	<b>-18 365 200</b>		<b>69 445 443</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>-18 365 200</b>		<b>69 445 443</b>	
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Ativos fixos tangíveis	-12 253 618		-6 819 035	
Ativos intangíveis	-8 051 263		-12 768 381	
Investimentos financeiros	-117 567		52 374	
Outros ativos	0	-20 422 449	0	-19 535 041
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Ativos fixos tangíveis	1 097 630		290 531	
Ativos intangíveis	27 418		0	
Investimentos financeiros	2 674		0	
Outros ativos	0		0	
Subsídios ao investimento	10 715 461		1 610 071	
Juros e rendimentos similares	104 688		53 869	
Dividendos	0	11 947 871	0	1 954 472
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>-8 474 578</b>		<b>-17 580 570</b>	
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Financiamentos obtidos	35 000 000		178 866	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Doações	0		0	
Outras operações de financiamento	2 486 904	37 486 904	0	178 866
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Financiamentos obtidos	-44 213 305		-58 023 404	
Juros e gastos similares	-4 030 446		-5 006 577	
Dividendos	-4 871 308		-3 728 276	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Outras operações de financiamento	-57 165	-53 172 224	-8 857 174	-75 615 430
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-15 685 320</b>		<b>-75 436 565</b>	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>-42 525 098</b>		<b>-23 571 692</b>	
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5)</b>	<b>57 441 583</b>		<b>81 013 275</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5)</b>	<b>14 916 485</b>		<b>57 441 583</b>	





## V. ANEXO CONSOLIDADO EM 31.12.2021

### Valores em Euros

#### 1. Introdução

BIAL tem por objeto social o exercício da indústria, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2022.03.24.

Nos termos do artº 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

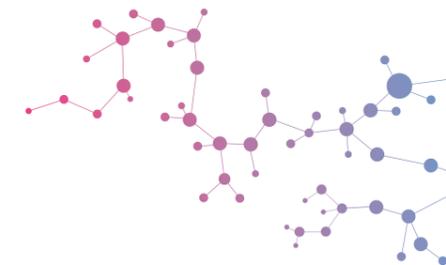
#### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas individuais e consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa e das suas subsidiárias a 31 de dezembro de 2021.

A partir da publicação do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho a empresa iniciou a preparação e apresentação de contas consolidadas. Deste modo, as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.



### 3. Principais políticas contabilísticas

#### 3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- AAs Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;
- A transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas no parágrafo 3.1.a) e 3.1.c) e previstas na data de transição.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

##### (a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são mensurados de acordo com o modelo do custo.

Na data de transição para o SNC foi adotado o custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente e na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6 955 076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Subsequentemente, foi decidido manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	% anual
<b>Edifícios e outras construções</b>	2%, 5% e 10%
<b>Equipamento básico</b>	10%-16.66%, 25%, 33.33%
<b>Equipamento de transporte</b>	20% e 25%
<b>Equipamento administrativo</b>	10%-25%, 33.33%, 50%

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

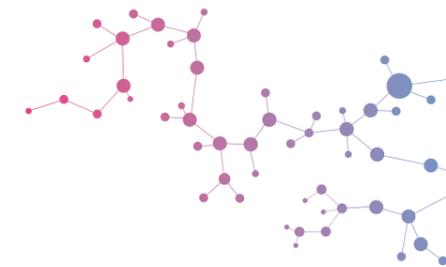
Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.





O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

#### (b) Imparidade

As empresas englobadas na consolidação avaliam se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, as empresas estimam a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de venda e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

#### (c) Goodwill

O goodwill corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

O goodwill relativo a subsidiárias englobadas na consolidação encontra-se discriminado em rubrica própria do Balanço.

Em 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF) a empresa adotou a isenção da NCRF 3 - Adoção pela primeira vez da NCRF relativa a Concentrações de atividades empresariais pelo que adotou como custo considerado, nessa data, o valor do goodwill constante das contas preparadas de acordo com o POC (custo de aquisição menos amortizações acumuladas até 31 de dezembro de 2008 e menos qualquer perda por imparidade apurada nessa data), ao invés de calcular o goodwill retrospectivamente à data da concentração com base em informação disponível a essa data.

Nas aquisições subsequentes a 1 de janeiro de 2009, o goodwill é mensurado pelo seu custo, que corresponde ao excesso do custo das concentrações de atividades empresariais a que respeitam face ao interesse do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da concentração.

A partir de 2016, o goodwill é amortizado de acordo com as disposições da NCRF 14, à taxa anual de 10%, pelo prazo de 10 anos.

Sempre que o interesse da adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis excede o custo da concentração de atividades empresariais, a diferença é imediatamente reconhecida nos resultados do período após reavaliação da identificação e mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

Quando o goodwill faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte de uma operação dentro dessa unidade é alienada, o goodwill associado com a operação alienada é incluído no valor contabilístico da operação para determinar o ganho ou perda da operação. O goodwill desconhecido nestas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos entre a operação alienada e a parte da unidade geradora de caixa mantida.

O goodwill apresentado no Balanço está mensurado ao custo menos imparidade e amortizações acumuladas.

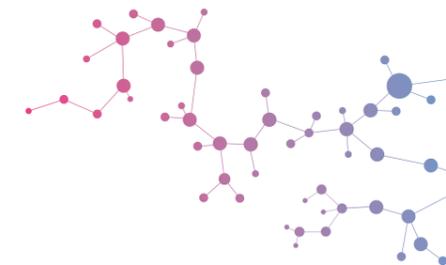
A empresa testa o goodwill quanto à imparidade se os acontecimentos ou as alterações nas circunstâncias indicam que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

Para efeitos de testar a imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera que venham a beneficiar das sinergias da concentração, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida poderem também ser alocados a essas unidades.

#### (d) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.





O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do proveito ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea b).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

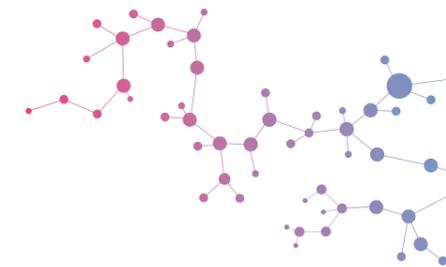
As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

<b>Projetos de desenvolvimento</b> .....	5%
<b>Software-validações</b> .....	33.33%
<b>Propriedade industrial</b> .....	5% - 33.33%

Encontram-se classificados no ativo, os projetos de desenvolvimento BIA2, na área da epilepsia e o BIA9, medicamento para a doença de Parkinson.

Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é



reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

A amortização do Zebinix, medicamento antiepilético, é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo começado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado a amortização do ativo em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

#### (d.1) Projetos de desenvolvimento

São requisitos essenciais, para um “projeto de I&D ser classificado no ativo, na rubrica de “projetos de desenvolvimento”, os seguintes:

- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de *licensing-out* é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de “projetos de desenvolvimento” inclui:

- O investimento no BIA-2093 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de *licensing-out* em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de

2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul. Em 2020, foi assinado acordo de distribuição para a Austrália.

- O investimento no novo medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de licenciamento-out celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan. Em 2020 iniciou-se a comercialização do medicamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

#### (d.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

#### (d.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

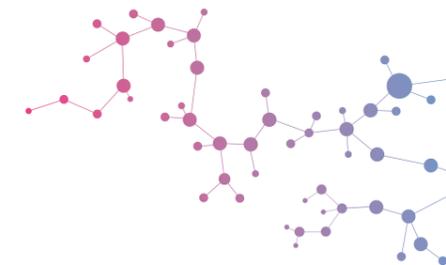
#### (d.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades exteriores.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas com direitos de utilização limitados são amortizadas, numa base constante, durante o período de uso.





### (e) Participações financeiras

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em:

- Subsidiárias excluídas da consolidação;
- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Grupo;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

### (f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano o Grupo avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um per se para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

### (f.1) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p) sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

### (f.2) Outras dívidas a receber

As Outras dívidas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos acima.

### (f.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “financiamentos obtidos” do balanço.

### (g) Imposto sobre o rendimento

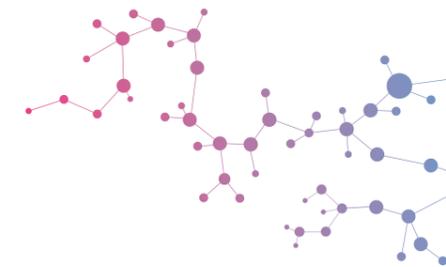
#### (g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A empresa-mãe e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável entre € 1,5 M e € 7,5 M, de 5% sobre o lucro tributável que exceda os € 7,5 M até € 35 M e de 9% sobre o lucro tributável que exceda os € 35 M.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições das empresas englobadas na consolidação, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos, o qual pode ser prolongado em determinadas cir-





cunhâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

### (g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Portugal:

Com o Orçamento de Estado para 2013 foi alterada a limitação à dedução de prejuízos fiscais para 70% do lucro tributável do período em que se procede à dedução, aplicável a partir de 2014.

Desta forma, as empresas que apresentem lucros tributáveis serão sem-

pre sujeitas ao pagamento de IRC, ainda que detenham prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, salvo se existirem créditos fiscais.

Com o Orçamento de Estado de 2014 foi aumentado o período de dedução dos prejuízos fiscais de cinco para doze anos. O novo prazo apenas foi aplicável aos prejuízos fiscais apurados em 2015 e 2016. O prazo para dedução de prejuízos fiscais é novamente de cinco anos a partir do exercício de 2017. Em 2020 o prazo para dedução de prejuízos fiscais voltou a ser de 12 anos.

Espanha, Itália e EUA:

O período de dedução dos prejuízos fiscais não tem prazo limite

Moçambique:

O período de dedução dos prejuízos fiscais tem prazo máximo de cinco anos, a partir de 1/1/2017, sendo que para os prejuízos anteriores a essa data, o prazo estipulado é de cinco anos a contar de 1/1/2017.

### (h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

**Produtos acabados** - ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.

**Produtos intermédios** - ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.

**Produtos e trabalhos em curso** - ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.

**Matérias-primas** - ao custo de aquisição, lote a lote.

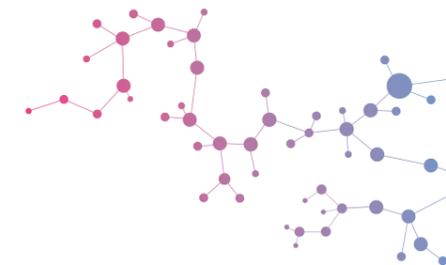
**Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos)** - ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o





reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### **(i) Estado e outros entes públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

#### **(j) Diferimentos ativos e passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

#### **(l) Rubricas do capital próprio**

##### **(l.1) Capital subscrito**

Atualmente, todo o capital da BIAL Holding, S.A. está realizado, considerando que existe um prémio de emissão apurado de € 12 500 000.

##### **(l.2) Reserva legal**

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

##### **(l.3) Outras reservas**

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais ganhos por aumentos de justo valor

que, de acordo com o nº 2 do artº 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

#### **(I.4) Resultados transitados**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no artº 32 e 33 do CSC.

#### **(I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento**

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados nos capitais próprios, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

#### **(I.6) Outras variações no capital próprio – Diferenças de conversão de demonstrações financeiras**

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

Esta rubrica reflete as diferenças de transposição de demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação sempre que a sua moeda funcional (ambiente económico principal no qual operam) não é o Euro e que resultam de, à data de cada balanço:

- Os ativos e passivos em moeda estrangeira serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio de fecho;
- Os ganhos e perdas serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação.

#### **(m) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte numa saída de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

#### **(n) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação.

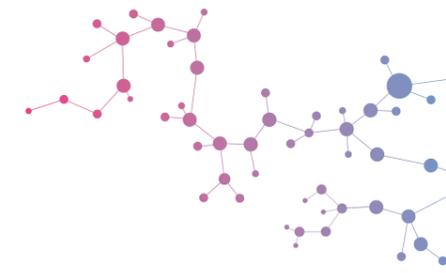
Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

#### **(n.1) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).



Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados, consoante o caso, em “outros ativos financeiros” ou “outros passivos financeiros” e como não correntes ou como correntes, seguindo o critério como o financiamento está apresentado no Balanço.

#### (n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

#### (n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos – contas gerais, estão mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

As restantes dívidas a pagar estão mensuradas ao custo amortizado.

#### (n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo amortizado.

#### (o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de câmbio do fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

2021:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,0358	1,0317
GBP	0,8388	0,8354
USD	1,1335	1,129
JPY	130,49	129,969
SEK	10,2618	10,2208
CAD	1,4433	1,4376

2020:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,08401	1,07968
GBP	0,89674	0,89316
USD	1,22454	1,21965
JPY	126,642	125,957
SEK	10,0667	10,0266
CAD	1,56236	1,55613

#### (p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade (saldo a receber), e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

##### (p.1) Vendas

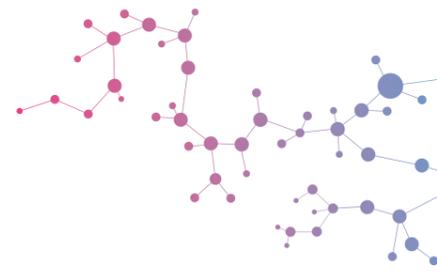
O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

##### (p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;



- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido, e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos ("milestones") que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o "milestone" é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com o guidance da IFRS 15.

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

#### **(q) Trabalhos para a própria entidade**

As normas contabilísticas preveem que poderão ser adicionados ao custo de um ativo qualificável (em termos simples, os ativos que demoram um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda), as despesas suportadas com a finalidade de colocar a operar esse ativo, incluindo os encargos financeiros associados suportados nesse período.

A estratégia do Grupo para o desenvolvimento dos projetos de investigação em curso passa por um investimento considerável em recursos internos e não apenas em recursos externos.

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por base a capacidade normal de produção.

#### **(r) Benefícios dos empregados**

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito

a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "outras dívidas a pagar".

As distribuições de lucros a empregados são reconhecidas em "gastos com o pessoal" no período a que respeitam e não como uma distribuição de resultados, quando aplicável.

A Empresa deve reconhecer um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas:

- Quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios; e
- Quando a entidade reconhece os custos de uma reestruturação e que se inscreve no âmbito da NCRF 21 e que implica o pagamento de benefícios de cessação de emprego.

#### **(s) Subsídios e outros apoios a entidades públicas**

O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é contabilizado em conformidade com a presente Norma. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

#### **(s1) Subsídios à exploração**

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

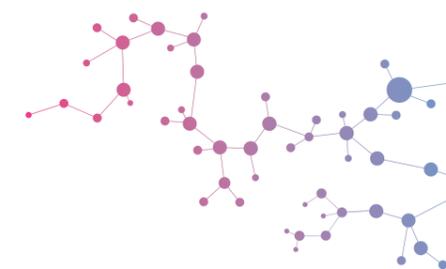
#### **(s2) Subsídios ao investimento**

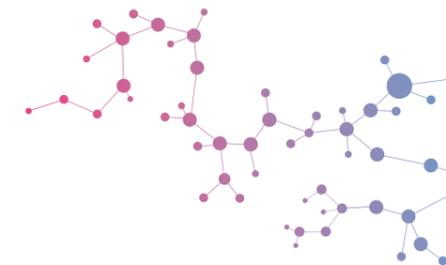
Ver nota (I.5).

#### **(t) Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;





- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (Swap).

Os custos financeiros de financiamento atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início de preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompido com o final da produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

#### **(u) Instrumentos financeiros de cobertura**

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, as entidades englobadas na consolidação seguem as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

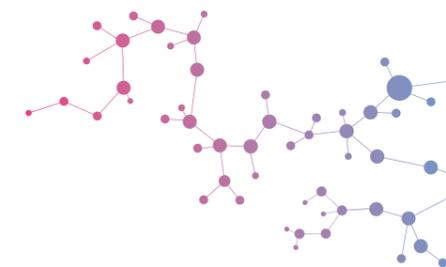
As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambIAL, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A componente não efetiva daquelas variações é reconhecida de imediato em resultados. A empresa opta por efetuar esta cobertura através da contratação de financiamentos em moeda estrangeira.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos”



consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2020 e 2021 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

#### (v) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados.

Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos.

Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

#### (x) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

#### (z) Ativos e Passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos (ou grupos para alienação) e
- A sua venda é altamente provável. Isto é:
  - A hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupo para alienação);
  - Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
  - O ativo (ou grupo para alienação) foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente;
  - Espera-se que a venda se qualifique para reconhecimento como venda concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

#### 3.2. Bases de consolidação

O universo empresarial do Grupo é composto pelas subsidiárias descritas na Nota 6.

As associadas são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios descritos no parágrafo 3.1. (e).

Em obediência ao disposto no artº 6 do Decreto-lei nº 158/2009, de 15 de julho, que aprovou o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as Subsidiárias nas quais:

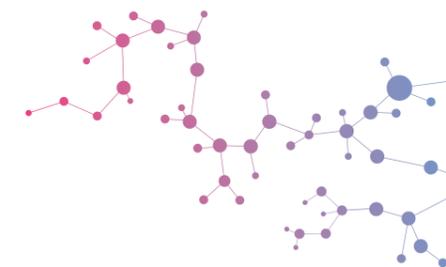
Independentemente da titularidade do capital, se verificar que, em alternativa:

- Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo;
- Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;

Sendo titular de capital:

- Tem a maioria dos direitos de voto, exceto quando se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;
- Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
- Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
- Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado





em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;

- Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controlo.

As subsidiárias são consolidadas pelo método da consolidação integral desde a data de aquisição sendo esta a data na qual o Grupo obtém controlo, e continuam a ser consolidadas até à data em que o controlo deixa de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são preparadas a partir da mesma data de relato que a casa-mãe, usando políticas contabilísticas consistentes.

Todos os saldos e os ganhos e perdas ainda não realizados resultantes de transações intragrupo são eliminados por inteiro.

Os interesses minoritários são apresentados separadamente.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente à parcela do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos é reconhecido como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior àquele justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados no exercício em que é apurada, depois de reavaliar o processo de identificação e mensuração do justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes.

No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgem da eliminação dos resultados pro-

venientes de transações intragrupo é aplicado o disposto na NCRF 25 — Impostos sobre o rendimento.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de “interesses minoritários” no balanço consolidado (de forma autónoma dentro do capital próprio) e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente. Na data de cada concentração das atividades empresariais, os valores atribuíveis aos minoritários são determinados aplicando a percentagem de interesse detida por eles ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o seu interesse no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários têm a obrigação e são capazes de cobrir esses prejuízos. Se e quando a subsidiária reporta lucros, o Grupo apropria todos os lucros, até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Uma entidade estando sujeita ao SNC é obrigada a preparar demonstrações financeiras consolidadas em Euro independentemente de a moeda funcional de algumas empresas do grupo não ser o Euro.

Não houve alterações na moeda funcional nem em relação à casa-mãe nem em relação a cada uma das unidades operacionais estrangeiras significativas.

### 3.3. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC, o Conselho de Administração do Grupo utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

#### (a) Reconhecimento de receitas de licenciamento a terceiros

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;



- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza (“milestones”);
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco “stand-alone value” para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, endereçando questões como, por exemplo, saber se tem a contraparte a experiência e competências necessárias para desenvolver o produto com vista à futura comercialização, sem os serviços de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “milestone” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o milestone ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do milestone ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

#### **(b) Projetos de desenvolvimento**

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-d. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração (geralmente a entrada na Fase III). Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em setembro

de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (opicapone) encontra-se licenciado para o Japão desde 2012, tendo sido licenciado para os EUA em 2017.

O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016. Em 2020 iniciou-se a comercialização nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Suíça.

Em 2020 foi adquirido um conjunto de ativos intangíveis relativos a projetos de investigação na área da doença de Parkinson (BIA 28), incluindo direitos de propriedade intelectual sobre os mesmos.

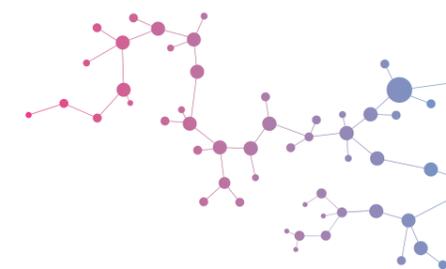
No ano de 2021 foi dada sequência às atividades de I&D do BIA 28, sendo neste momento o projeto com maior alocação de capital.

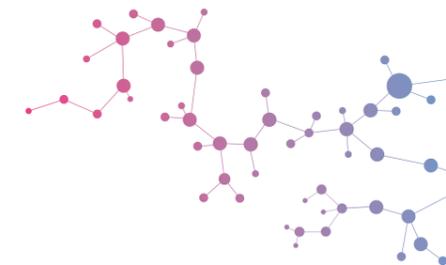
Fruto da estratégia de se tornar um parceiro europeu na área da neurociências, em 2021 a BIAL assinou um acordo de licenciamento exclusivo com a farmacêutica norte-americana Sunovion Pharmaceuticals Inc. (Sunovion), uma subsidiária da Sumitomo Dainippon Pharma Co., Ltd., para a comercialização do filme sublingual de apomorfina na União Europeia, Espaço Económico Europeu e no Reino Unido.

A apomorfina sublingual é uma nova formulação da apomorfina em filme que se dissolve debaixo da língua para o tratamento agudo e intermitente dos períodos OFF da doença de Parkinson.

O filme sublingual de apomorfina está atualmente em fase 3 de desenvolvimento clínico na Europa. Nos termos do acordo estabelecido, a BIAL será responsável pelo processo de aprovação e submissão regulamentar, incluindo as interações com a Agência Europeia de Medicamentos. A BIAL perspetiva iniciar a sua comercialização em 2023.

Como parte do acordo, a Sunovion recebeu um pagamento inicial pela concessão da licença, decorrendo futuros pagamentos na sequência do processo de aprovação e comercialização deste medicamento, associado a volumes de vendas.





### (c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido relevante a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos para aferir a vida útil estimada.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que se prevê que a sua comercialização continue na década de 30.

De acordo com as alterações ao normativo contabilístico (ver nota 2), a Empresa passou a amortizar o goodwill a partir de 2016 por um período de 10 anos.

### (d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

### (e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a

mais alta entre o justo valor menos o custo de venda e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos o custo de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

### (f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

### (g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.



## 5. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes, constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2021	2020
Numerário	102 794	122 282
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	20 238 500	57 306 451
Depósitos a prazo	912 162	12 849
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>21 253 456</b>	<b>57 441 583</b>
Depósitos à ordem - descobertos bancários	- 6 336 971	0
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>14 916 485</b>	<b>57 441 583</b>

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras descobertos bancários e contas caucionadas no montante de € 25,5 M, não estando utilizados € 19,2 M.

## 6. Empresas incluídas na consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as seguintes empresas, todas elas detidas diretamente ou indiretamente por BIAL-Holding, S.A..

Empresa:	Sede:	Cap. Social	% detida pelo Grupo
BIAL - Portela & C <sup>a</sup> , S.A.	Trofa	EUR 50 000 000	100%
MediBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIALport, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
InterBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIAL OTC, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
Novipharma, S.A.	Nyon	CHF 111 100	90%
Laboratorios BIAL, S.A.	Madrid	EUR 60 200	99.94%
Medimport, Lda	Maputo	MZM 7 000 000	100%
BIAL Angola, S.A.	Luanda	USD 20 000	100%
BIAL América Latina, S.A.	Panamá	USD 10 000	100%
BIAL Pharma UK Limited	Windsor	GBP 100 000	100%
BIAL Deutschland GmbH	Mörfelden-Walldorf	EUR 25 000	100%
BIAL Italia S.R.L	Milão	EUR 25 000	100%
BIAL, S.A.	Nyon	CHF 100 000	100%
BIAL - R&D INVESTMENTS, S.A.	Trofa	EUR 8 000 000	100%
BIAL - BIOTECH INVESTMENTS INC	Cambridge (USA)	USD 2 000 000	100%

## 7. Empresas excluídas de consolidação integral

Todas as empresas do Grupo foram incluídas na consolidação integral.

## 8. Goodwill

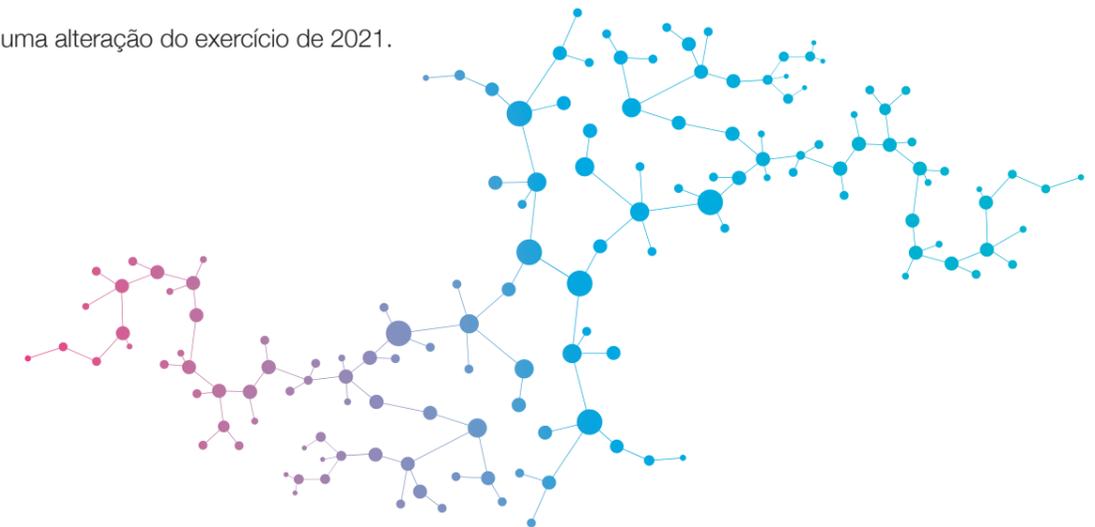
O goodwill diz respeito às seguintes participações:

	ANO DE AQUISIÇÃO	2021	2020
BIAL - Portela & C <sup>a</sup> , S.A.	2001-2003	6 792 549	8 490 686

O goodwill de BIAL – Portela & C<sup>a</sup>, S.A. é amortizado em dez anos, a partir de 2016.

## 9. Alteração das empresas incluídas na consolidação

Nenhuma alteração do exercício de 2021.



## 10. Imposto sobre lucros

Impostos diferidos	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 566 540		1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	18 202 147	4 095 483		4 095 483
Diferenças temporárias – Espanha	1 751 291	1 366 985	876 624	490 361
Diferenças temporárias – Itália	585 004	163 216		163 216
Diferenças temporárias – Suíça	155 477	21 456		21 456
Dif temporária – Itália/Espanha/Suíça (c)	23 002 500	5 175 563		5 175 563
Créditos fiscais – Itália	2 596 021	623 045		623 045
Diferenças temporárias – Medimport	1 677 897	544 018	7 092	536 927
Diferenças temporárias – BIAL UK	-5 781		1 098	-1 098
Instrumentos financeiros - Portugal	464 702	104 558		104 558
Créditos fiscais – Portugal (a)	51 907 046	51 907 046		51 907 046
		64 001 367	2 362 285	61 639 082
<b>Movimento do ano, líquido</b>				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	-2 275 267	-511 935		-511 935
Diferenças temporárias – Espanha	-1 583 975	-395 994		-395 994
Diferenças temporárias – Itália	-198 339	-55 337		-55 337
Diferenças temporárias – Suíça	184 167	25 415		25 415
Dif temporária – Itália/Espanha/Suíça (c)	-1 315 000	-295 875		-295 875
Créditos fiscais - Itália	3 282 388	787 773		787 773
Diferenças temporárias – Medimport	-1 524 920	-480 947	7 027	-487 974
Diferenças temporárias – BIAL UK	1 042		198	-198
Créditos fiscais – Espanha	1 756 327	439 082		439 082
Créditos fiscais – Portugal (a)	17 195 284	3 696 986		3 696 986
Subtotal (1)		3 209 168	7 225	3 201 943
Sem impacto na DR				
Diferenças temporárias – Medimport	177 215	56 709		
Instrumentos financeiros - Portugal	-228 885	-51 499		-51 499
Créditos fiscais – Portugal (a)	71 429	71 429		71 429
Subtotal (2)		76 639	0	19 930
<b>Total (1)+(2)</b>		<b>3 285 806</b>	<b>7 225</b>	<b>3 221 873</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 566 540	0	1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	15 926 880	3 583 547		3 583 547
Diferenças temporárias – Espanha	377 471	970 991	876 624	94 368
Diferenças temporárias – Itália	386 665	107 879		107 879
Diferenças temporárias – Suíça	339 644	46 871		46 871
Diferenças temporárias – Itália/Espanha	21 687 500	4 879 688		4 879 688
Créditos fiscais - Itália	5 878 408	1 410 818		1 410 818
Diferenças temporárias – Medimport	330 192	119 780	65	119 715
Diferenças temporárias – BIAL UK	-4 739	0	900	-900
Instrumentos financeiros - Portugal	235 817	53 059		53 059
Créditos fiscais – Espanha	1 756 327	439 082		439 082
Créditos fiscais – Portugal (a)	69 173 758	55 675 460		55 675 460
<b>TOTAL</b>		<b>67 287 174</b>	<b>2 355 061</b>	<b>64 932 113</b>

- a) Acresceu-se o crédito fiscal de I&D (SIFIDE) de 2021 e atualizou-se o montante que é expectável recuperar, tendo sido também acrescido CDT (crédito dupla tributação) € 71K. Bem como reconhecido o IDA relativo ao prejuízo fiscal de BIAL R&D.
- b) Inclui imparidade constituída para o projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática, respetivamente neuralgia pós-herpética e diabética (nota 12).
- c) Consiste nos impostos diferidos gerados pelo licenciamento de BIAL-Portela do medicamento Ongentys para as filiais espanhola, italiana e suíça.

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente	Montante
<b>Imposto corrente:</b>	
Resultado antes de impostos	9 876 323
Diferenças permanentes	-4 632 770
Diferenças temporárias	5 397 292
Resultado tributável	10 640 846
Taxa de imposto (Sede)	21%
Outras diferentes bases	10%-32%
	Coleta
	3 657 305
Tributações autónomas e derrama	2 142 294
	(I) Imposto corrente
	<b>5 785 447</b>
<b>Imposto diferido:</b>	
Movimento no período	-3 201 943
	(II) Imposto diferido
	<b>-3 201 943</b>
	Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)
	<b>2 597 656</b>

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais de Portugal (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2014	8 .057	20242022
SIFIDE	2015	8 .558	20252023
SIFIDE	2016	7 .958	20262024
SIFIDE	2017	7 .362	20272025
SIFIDE	2018	9 .804	20282026
SIFIDE	2019	6.853	20292027
SIFIDE (*)	2020	6 .887	20292028
SIFIDE (*)	2021	8.987	2029
<b>TOTAL</b>		<b>64.466</b>	

\*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2021, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de € 64,5 M, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais no mesmo montante. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de € 51,9 M, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais (cenário conservador).

De acordo com a legislação em vigor, em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos a partir de 2002; dez anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2018 a 2021, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

## 11. Clientes

	2021	2020
<b>Portugal:</b>		
Clientes armazenistas	5 807 384	5 337 822
Clientes laboratórios	3 775 231	2 832 196
Clientes estrangeiros	18 587 913	13 695 427
Outros	282 319	132 153
	<b>28 452 847</b>	<b>21 997 598</b>
Clientes de Espanha	8 025 626	9 951 474
Clientes de Angola	611 984	339 419
Clientes de Moçambique	2 011 429	1 722 090
Clientes de Itália	2 526 694	1 576 153
Clientes da Suíça	255 080	123 806
Clientes Novipharma	10 115 176	310 393
<b>Total sem imparidade</b>	<b>51 998 836</b>	<b>36 020 933</b>

Está constituída uma imparidade de € 951 524 (€ 586 860 de Portugal, € 287 649 de Angola e € 77 015 de Moçambique) relativamente a clientes (2020: € 733 782) – Nota 19.

## 12. Investimentos

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.



## (a) Ativo bruto

RÚBRICAS	2021			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	12 406 207	0	0	12 406 207
Edifícios e outras construções	25 072 081	98 663	-736 170	24 434 574
Equipamento básico	32 535 544	1 644 244	-131 410	34 048 377
Equipamento de transporte	899 945	237 016	-263 217	873 744
Equipamento administrativo	11 021 191	523 267	-14 089	11 530 370
Outros ativos fixos tangíveis	1 677 664	36 424	-307	1 713 782
Imobilizações em curso	900 632	8 765 109	-203 678	9 462 063
Adiantamentos a fornecedores de investimento	74 650	2 569 986	-203 749	2 440 887
	<b>84 587 914</b>	<b>13 874 710</b>	<b>-1 552 620</b>	<b>96 910 004</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	346 645 945	2 632 673	0	349 278 618
Propriedade industrial	47 099 897	1 498 434	-457 590	48 140 742
Outros ativos intangíveis	665 922	87 494	0	753 416
Ativos intangíveis em curso	5 582 804	2 727 568	0	8 310 372
Goodwill	16 981 372			16 981 372
	<b>416 975 940</b>	<b>6 946 168</b>	<b>-457 590</b>	<b>423 464 519</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
Partes de capital em outras empresas	114 820	0	0	114 820
Outras aplicações financeiras	466 293	115 180	0	581 473
	<b>581 113</b>	<b>115 180</b>	<b>0</b>	<b>696 293</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>502 144 967</b>	<b>20 936 059</b>	<b>-2 010 210</b>	<b>521 070 816</b>

De salientar o forte investimento na ampliação das estruturas de produção e armazenagem, bem como a nova fábrica de antibióticos, edifício social e administrativo, estando prevista maioritariamente a sua conclusão em 2022, pelo que se encontram em curso.

Os aumentos no Ativo intangível respeitam a projetos de desenvolvimento, relacionados com ensaios clínicos para testar o princípio ativo a aplicar em medicamentos inovadores, já comercializados.

RÚBRICAS	2020			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	8 646 508	809 699	2 950 000	12 406 207
Edifícios e outras construções	23 903 265	401 495	767 321	25 072 081
Equipamento básico	29 732 456	1 700 356	1 102 732	32 535 544
Equipamento de transporte	1 255 657	0	-355 712	899 945
Equipamento administrativo	10 411 901	640 935	-31 645	11 021 191
Outros ativos fixos tangíveis	1 629 212	64 985	-16 533	1 677 664
Ativos tangíveis em curso	360 350	887 853	-347 571	900 632
Adiantamentos a fornecedores de investimento	3 518 674	1 581 330	-5 025 354	74 650
	<b>79 458 023</b>	<b>6 086 653</b>	<b>-956 762</b>	<b>84 587 914</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	344 239 850	2 544 756	-138 661	346 645 945
Propriedade industrial	44 764 416	2 412 090	-76 609	47 099 897
Outros ativos intangíveis	675 751		-9 829	665 922
Ativos intangíveis em curso	1 103 340	4 402 855	76 609	5 582 804
Goodwill	16 981 372			16 981 372
	<b>407 764 730</b>	<b>9 359 701</b>	<b>-148 490</b>	<b>416 975 940</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
Partes de capital em outras empresas	114 820			114 820
Outras aplicações financeiras	373 031	93 262		466 293
	<b>487 851</b>	<b>93 262</b>		<b>581 113</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>487 710 604</b>	<b>15 539 617</b>	<b>-1 105 252</b>	<b>502 144 968</b>

## (b) Amortizações

RÚBRICAS	2021			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	16 194 885	1 034 564	-71 100	17 158 350
Equipamento básico	22 305 230	2 253 025	-262 703	24 295 553
Equipamento de transporte	619 494	237 893	-263 217	594 170
Equipamento administrativo	9 574 763	868 942	-14 151	10 429 554
Outros ativos fixos tangíveis	1 432 546	76 035	-307	1 508 275
	<b>50 126 918</b>	<b>4 470 460</b>	<b>-611 477</b>	<b>53 985 901</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	141 162 954	21 009 065	0	162 172 019
Propriedade industrial	34 363 383	5 369 869	-159 320	39 573 932
Outros ativos intangíveis	613 079	63 689	0	676 768
Goodwill	8 490 686	1 698 137		10 188 823
	<b>184 630 102</b>	<b>28 140 760</b>	<b>-159 320</b>	<b>212 611 542</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>234 757 020</b>	<b>32 611 220</b>	<b>-770 797</b>	<b>266 597 443</b>

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepilética adjuvante, “monoterapia” e pediatria (€ 5 379 359, € 7 304 684 e € 2 134 148, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3 871 849), cuja comercialização se iniciou em 2016.

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 8 121 532 e € 7 805 346, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

RÚBRICAS	2020			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	15 215 662	979 223		16 194 885
Equipamento básico	20 508 243	2 086 086	-289 099	22 305 230
Equipamento de transporte	809 552	73 482	-263 540	619 494
Equipamento administrativo	9 065 850	599 169	-90 256	9 574 763
Outros ativos fixos tangíveis	1 379 436	60 658	-7 548	1 432 546
	<b>46 978 743</b>	<b>3 798 618</b>	<b>-650 443</b>	<b>50 126 918</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	120 352 675	20810279		141162954
Propriedade industrial	29 308 146	5 055 237		34 363 383
Outros ativos intangíveis	615 230		-2 151	613 079
Goodwill	6 792 549	1 698 137		8 490 686
	<b>157 068 600</b>	<b>27 563 653</b>	<b>-2 151</b>	<b>184 630 102</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>204 047 343</b>	<b>31 362 271</b>	<b>-652 594</b>	<b>234 757 020</b>

## (c) Imparidade

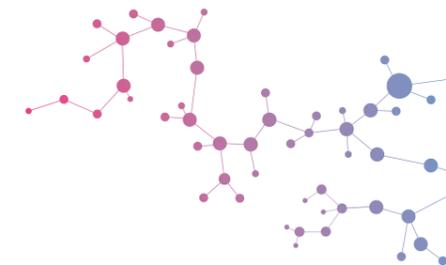
DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento	18 202 144	0	2 275 268	16 958 204
Propriedade industrial	40 147	1 031 328	17 127	23 020
<b>TOTAL</b>	<b>18 242 292</b>	<b>1 031 328</b>	<b>2 292 394</b>	<b>16 981 225</b>

No decurso do ano de 2021, a BIAL decidiu descontinuar o projeto de investigação BIA5, por razões de natureza científica e de mercado, agravadas pelo contexto de pandemia vivido nos últimos dois anos. Assim foi registada uma perda por imparidade de € 1 031 328, relativa às patentes associadas a este projeto de desenvolvimento.

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente independentemente de haver ou não indicação de que estes ativos possam estar em imparidade.

Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de “milestones”, deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas.



Em sequência do teste de imparidade efetuado, conclui-se que existe uma margem de segurança elevada face a variações não estimadas, quer das receitas, quer da taxa de desconto, que permite a recuperabilidade do ativo.

O cálculo do valor descontado (método dos “Discounted Cash-Flows”) é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior).

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da ugc que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

Parte dos ativos intangíveis foram adquiridos beneficiando de subsídios do Governo.

### 13. Ativos em poder de terceiros

O valor do stock em poder de terceiros, a 2021.12.31, ascende a € 31 763 028, (€ 16 989 180 de Portugal e € 14 773 848 da Suíça), constituído, essencialmente, por matéria-prima para a produção de Zebinix/Aptiom e ONgentys, por parte das empresas subcontratadas para o efeito.

**14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar****(a) Ativos**

	2021	2020
Outros créditos a receber	25 456 686	24 667 119
<b>Longo prazo</b>	<b>25 456 686</b>	<b>24 667 119</b>

EISAI	0	487 693
Neurocrine	1 546 272	0
Adiantamentos a fornecedores	7 822 979	17 323 781
Depósito caucional – BIAL Itália	2 600 923	1 150 000
Outros	3 173 347	2 904 471
<b>Curto prazo sem imparidade</b>	<b>15 143 521</b>	<b>21 865 945</b>

Está constituída uma imparidade de € 34 108 (2020: € 4 595 874).

Com vista a assegurar o plano de expansão comercial de Ongentys, a Novipharma celebrou um contrato para garantia de produção da matéria prima, alinhada com o crescimento previsto no plano estratégico. Este acordo justifica o montante registado em outros créditos a receber (€ 25,5 M – todo o montante foi classificado como “Longo Prazo”, já que não está previsto qualquer fornecimento de matéria-prima em 2022).

O depósito caucional – BIAL Itália diz respeito ao valor cativo para eventuais incumprimentos no âmbito de concursos hospitalares.

**(b) Passivos**

Inclui, no médio e longo prazo, € 7 078 524 de impostos diferidos passivos sobre subsídios, em conformidade com FAQ emitida pela CNC.

**15. Estado e Outros Entes Públicos**

	2021		2020
	Ativo	Passivo	
IRC	5 803 342	-2 267 621	-1 698
IRS	31 931	-1 260 591	-1 129 867
IVA	5 152 581	-921 015	1 697 034
Segurança Social	-21 635	-1 326 544	-1 121 073
Infarmed	0	-27 386	-22 778
Outros	0	-21 148	-33 303
<b>TOTAL</b>	<b>10 966 219</b>	<b>-5 824 305</b>	<b>-611 685</b>

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

**16. Diferimentos e acréscimos****(a) Ativos**

	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	6 130 859	16 627 913
Gastos a reconhecer	3 485 934	2 705 256

O saldo de devedores por acréscimos de rendimentos inclui verbas a receber do Portugal 2020 relativas a participações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento - € 4 185 954 (2020: € 14 901 415).

**(b) Passivos**

A rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada no quadro seguinte:

	2021	2020
Remunerações a liquidar	7 142 240	6 332 704
Juros a liquidar	494 359	674 720
Outros	9 484 195	17 979 733
<b>TOTAL</b>	<b>17 120 793</b>	<b>24 987 157</b>

Rendimentos a reconhecer

Encontram-se registados € 4 224 972 (2020: € 7 873 909), na rubrica de rendimentos a reconhecer, referentes ao Portugal 2020.

**17. Financiamentos obtidos**

	Médio Longo Prazo 2021	Curto Prazo 2021	TOTAL 2021	TOTAL 2020
Descoberto bancário		6 336 971	6 336 971	-
Financiamentos bancários	37 125 000	43 746 971	80 871 971	78 076 176
BEI – Banco Europeu de Investimentos	16 666 667	3 333 333	20 000 000	23 333 333
Empréstimo obrigacionista	60 000 000	3 500 000	63 500 000	71 500 000
Subsídios reembolsáveis	3 643 094	310 902	3 953 996	2 004 511
<b>TOTAL</b>	<b>117 434 761</b>	<b>57 228 177</b>	<b>174 662 938</b>	<b>174 914 020</b>

O Grupo possui negociados com diversas instituições financeiras descobertos bancários e contas caucionadas no montante de € 25,5 M, não estando utilizados € 19,2 M.

No final do ano de 2021 foram ainda contratados financiamentos de:

- € 30 M à Explorer Investments – SCR, S.A. sob a forma de obrigações, por BIAL Portela, estando prevista a sua emissão no final de março de 2022;
- € 20 M de programa de papel comercial grupado (€ 14M em BIAL Portela e € 6M na BIAL Holding).

As principais garantias e condições dos contratos com os Bancos são as seguintes:

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na nota 34.

Outras condições:

- Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas, a decomposição é a seguinte:

- 2018: € 60 000 000, com maturidade em 2023, sendo a cotação da Euronext Access no final do ano de € 102,213, encontrando-se acima do par (€ 100).
- 2018: € 3 500 000, com maturidade em 2022, tendo sido tomado por uma instituição bancária.

## 18. Fornecedores de investimentos

Na rubrica de fornecedores de investimento, € 1 908 são relativos a locações financeiras, com o seguinte detalhe:

Bem	Valor do Contrato	Início	Fim	Valor em dívida em 31.12.2021			
				Valor residual	Curto-Prazo	Médio-Longo Prazo	Total
Viatura ligeira	117 790	2018	2022	1.901	1 908	0	1 908

Os valores mais significativos desta rubrica são referentes a fornecedores de I&D.

## 19. Provisões e Imparidades

	Saldo inicial	Aumento	Utilização	Reversão	Saldo final
Provisões devoluções de clientes - Espanha	356 062	41 929			397 991
Provisões devolução de clientes - Portugal	286 344	15 510			301 854
Provisões indemnização a agentes	26 758				26 758
Provisão para compromissos assumidos - BIA 5		1 363 183			1 363 183
<b>TOTAL</b>	<b>669 164</b>	<b>1 420 622</b>			<b>2 089 786</b>

Imparidade inventários - Portugal	458 235	514 253		20 743	951 745
Imparidade inventários - Espanha	228 577	179 319			407 896
<b>Subtotal</b>	<b>686 812</b>	<b>693 572</b>		<b>20 743</b>	<b>1 359 641</b>
Imparidade clientes - Portugal	472 000	453 221		338 361	586 860
Imparidade outros devedores - Portugal	4 595 874			4 561 766	34 108
Imparidade clientes - Moçambique	37 050	27 606	12 359		77 015
Imparidade clientes - Angola	224 732		62 917		287 649
<b>Subtotal</b>	<b>5 329 656</b>	<b>480 827</b>	<b>75 276</b>	<b>4 900 127</b>	<b>985 632</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6 016 468</b>	<b>1 174 399</b>	<b>75 276</b>	<b>4 920 870</b>	<b>2 345 273</b>

## 20. Vendas e serviços prestados

A atividade consolidada do Grupo BIAL foi repartida pelas seguintes áreas geográficas:

MERCADOS:	2021		2020	
	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Portugal	62 527 408	10 405 504	60 036 961	10 990 960
Espanha	78 007 043		86 616 512	
Estados Unidos e Canadá	68 049 119		71 620 361	18 429 783
Itália	10 119 073		9 636 301	
Moçambique	6 574 519	341 098	7 800 362	145 741
Angola	4 292 061		3 702 310	
Alemanha	18 885 580		17 011 568	
França	6 154 418	2 721	3 520 452	5 439
Reino Unido	4 807 809	194 099	4 335 747	42 208
Japão	18 668 553		10 467 767	8 600 000
Suíça	1 030 432	9 863	134 339	
Coreia do Sul	1 210 130	500 000		
Externo (Resto da Europa)	4 741 781		5 341 991	
Externo (Resto do Mundo)	13 653 941	-66 666	11 144 427	126 945
<b>TOTAL</b>	<b>298 721 864</b>	<b>11 386 620</b>	<b>291 369 098</b>	<b>38 341 075</b>

As prestações de serviços no mercado nacional referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

Em 2021 encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os “milestones” de licenciamento de BIA 9 para a Coreia do Sul (€ 0,5 M).

Em 2020 encontram-se contabilizados na rubrica de prestação de serviços (mercado externo) os “milestones” de licenciamento de BIA 9 para o Japão (€ 8,6 M) e para os EUA (20 M USD). Existem ainda “milestones” de licenciamento de BIA 9 para Taiwan (€ 0,1 M).

### 21. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, cujo contrato foi assinado em 2019/12/20.

### 22. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2020
Existências iniciais	55 672 508	16 037 943	71 710 452	41 381 269
Compras	62 984 706	39 344 992	102 329 698	109 766 344
Regularização existências	-1 186 448	-516 078	-1 702 526	-1 237 346
Existências finais	-82 845 659	-11 813 393	-94 659 052	-72 365 752
<b>Custos no exercício</b>	<b>34 625 107</b>	<b>43 053 464</b>	<b>77 678 571</b>	<b>77 544 515</b>

O valor global de existências em poder de terceiros, à data de 31.12.2021, é de € 31 763 028 (2020: € 27 609 546).

### 23. Fornecimentos e serviços externos

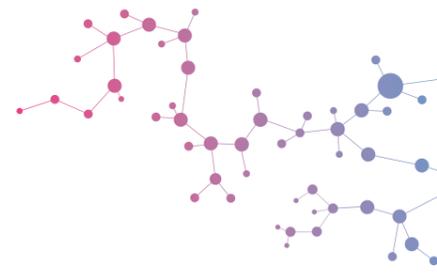
	2021	2020
Publicidade e propaganda	21 065 580	17 963 676
Trabalhos especializados (ver nota 30)	52 324 465	35 527 016
Honorários	11 538 244	15 927 691
Combustíveis	914 046	765 411
Transportes de mercadorias	933 250	789 068
Rendas e alugueres	3 397 551	3 643 488
Deslocações e estadas	3 720 672	2 794 411
Royalties	216 446	14 952 480
Conservação e reparação	1 258 251	1 024 625
Comissões	773 801	1 428 273
Outros	8 771 427	6 364 503
<b>TOTAL</b>	<b>104 913 733</b>	<b>101 180 642</b>

O aumento dos gastos com trabalhos especializados resulta essencialmente das atividades de I&D, nomeadamente com o projeto BIA 28, decorrente da aquisição de ativos em 2020.

A redução dos gastos com royalties resulta do término do contrato com a Eisai.

### 24. Gastos com pessoal

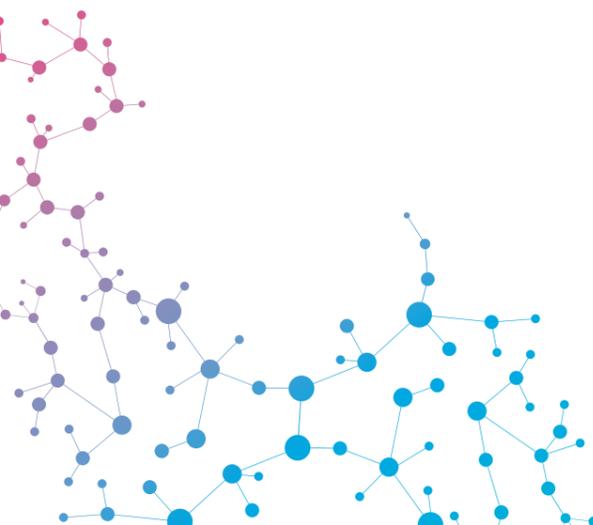
	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	6 376 838	3 050 764
Remunerações do pessoal	52 624 873	45 564 735
Encargos sociais	11 946 801	10 467 847
Outros gastos com pessoal	2 667 878	3 261 803
<b>TOTAL</b>	<b>73 616 390</b>	<b>62 345 149</b>



O número de empregados, a 31.12.2021, das empresas incluídas na consolidação é de 889 (2020: 868), repartidos da seguinte forma:

EMPRESA:	EMPREGADOS
BIAL Holding, SA	3
BIAL - Portela & C <sup>a</sup> , S.A.	444
MediBIAL, S.A.	15
InterBIAL, S.A.	29
BIALport, S.A.	56
BIAL Consumer Health, S.A.	9
BIAL R&D Investments, S.A.	5
Laboratórios BIAL, S.A. (Espanha)	164
BIAL Deutschland GmbH	40
BIAL Pharma UK Limited	19
BIAL Itália, S.R.L	26
Novipharma, S.A. (Suíça)	3
BIAL, S.A. (Suíça)	6
Medimport, Lda (Moçambique)	37
BIAL América Latina, S.A.	3
BIAL Angola, S.A.	14
Bureau représentation Costa do Marfim	8
BIAL - Biotech Investments Inc	13
<b>TOTAL</b>	<b>894</b>

Em 31.12.2021 o valor das dívidas a receber do pessoal é de € 2 609 (2020: € 158).



**25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões**

	2021	2020
Imparidade clientes Portugal	-453 221	-332 486
Imparidade Outros Devedores Portugal		-4 561 766
Imparidade inventários Portugal	-514 253	-331 357
Imparidade inventários Espanha	-179 319	
Imparidade clientes Moçambique	-27 606	
Imparidade clientes Angola		-179 652
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>-1 174 399</b>	<b>- 5 405 261</b>
Reversão/(Imparidade) para patentes Portugal	17 127	17 127
Reversão/(Imparidade) ativo intangível (nota 12)	2 275 268	2 275 268
Imparidade ativo intangível - BIA5 (nota 12)	-1 031 328	
<b>Reversão/(Imparidade) de ativos depreciáveis/amortizáveis</b>	<b>1 261 066</b>	<b>2 292 395</b>
Reversão de imparidade inventários Portugal	20 743	37 662
Reversão da provisão devolução de clientes Portugal		50 369
Reversão de imparidade de clientes Espanha		47 117
Reversão de imparidade inventários Espanha		19 038
Reversão de imparidade de clientes Portugal	338 361	
Reversão de imparidade de outros devedores Portugal	4 561 766	100 000
Reversão da provisão fundo de pensões Itália		7 950
<b>Reversões</b>	<b>4 920 870</b>	<b>254 187</b>
Provisão devolução de clientes Portugal	15 510	
Provisão devolução de clientes Espanha	41 929	
Provisão para compromissos assumidos - BIA 5	1 363 183	
<b>Provisões</b>	<b>1 420 622</b>	<b>0</b>

**26. Outros rendimentos**

	2021	2020
Rendimentos suplementares	912 072	2 664 275
Descontos p.p. obtidos	9 301	6 947
Rendimentos e ganhos investimentos não financ.	268 590	75 779
Diferenças de câmbio favoráveis	5 493 328	2 503 197
Correções relativas a exerc. Ant.	245 326	69 897
Excesso da estimativa /Recuperação de Impostos	4 496	487 020
Imputação de subsídios para investimentos	3 556 712	3 597 063
Outros	623 209	179 838
	<b>11 113 034</b>	<b>9 584 016</b>

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

Os ganhos cambiais ascenderam a € 5,4 M, estando concentradas em 3 empresas do Grupo - Medimport (€ 2,6 M), BIAL Portela (€ 1,3 M) e Novipharma (€ 0,7 M).

**27. Outros gastos**

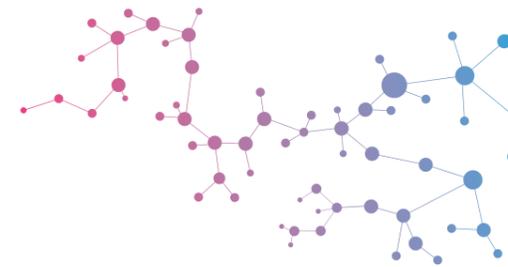
	2021	2020
Impostos	4 949 484	5 406 655
Descontos de p.p. concedidos	355 667	282 976
Perdas em inventários	934 866	255 857
Gastos e perdas em investimentos não financ.	134 634	177 417
Correções relativas a exercícios anteriores	200 463	298 137
Donativos	2 713 286	3 151 366
Quotizações	301 408	288 959
Ofertas e amostras de inventários	142 870	287 148
Insuficiência de estimativa para impostos	86 090	30 185
Despesas de propriedade industrial	1 652 844	1 114 704
Multas e penalidades	9 909	16 417
Diferenças cambiais	3 484 106	9 006 343
Gastos BIA 5	8 224 494	0
Outros	947 608	913 219
	<b>24 137 729</b>	<b>21 229 384</b>

As “Perdas em inventários” dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

No decurso do ano de 2021, a BIAL decidiu descontinuar o projeto de investigação BIA5, por razões de natureza científica e de mercado, agravadas pelo contexto de pandemia.

A investigação científica não escapou, evidentemente, às perturbações decorrentes da pandemia de Covid-19, com efeitos ao nível do desenvolvimento dos projetos de investigação, tais como o BIA5. Os projetos de investigação ficaram temporariamente suspensos, nalguns casos, por implicarem trabalho de campo, num período em que a liberdade de circulação se encontrou profundamente condicionada ou mesmo impossibilitada,

Para além disso, verificou-se a impossibilidade de transpor para um formato à distância processos de trabalho científico, como seja, trabalho de



campo, laboratorial e de arquivo, que exigem deslocações. No caso em concreto deste projeto de investigação registaram-se, ainda, dificuldades no recrutamento de pacientes.

Em suma, todas estas restrições provocadas pela pandemia de Covid-19 atrasaram o projeto de investigação e conduziram, também elas, à decisão de descontinuar o desenvolvimento do BIA5 – Zamicastat.

As perdas cambiais ascenderam a € 3,5 M, estando concentradas em 3 empresas do Grupo - Novipharma (€ 1,5 M), BIAL Portela (€ 0,8 M) e Medimport (€ 0,7 M).

## 28. Juros e rendimentos/gastos similares

	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados:</b>		
Juros suportados	-3 858 642	-4 745 930
Outros custos e perdas financeiros	-901 065	-1 068 378
	-4 759 707	-5 814 308
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-4 733 655</b>	<b>-5 746 359</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos:</b>		
Juros obtidos	26 052	66 992
Outros rendimentos similares	0	957
	<b>26 052</b>	<b>67 949</b>

Os financiamentos realizados durante ano de 2021 foram contratados a taxas significativamente mais reduzidas das verificadas até então, traduzindo-se em menores custos financeiros.

## 29. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento

- Crédito fiscal de 2014 de investigação e desenvolvimento	8.056.567
- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8.557.599
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7.957.819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7.361.819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9.803.900
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	6.853.778
- Crédito fiscal de 2020 de investigação e desenvolvimento	6.886.676
- Crédito fiscal de 2021 de investigação e desenvolvimento	8.987.457
<b>Saldo a Transitar</b>	<b>64 465 615</b>

Adicionalmente, temos um crédito fiscal em Espanha no montante de € 0,4M.

Nota: Os créditos fiscais de 2021 e 2020 estão pendentes de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

## 30. Investimentos em Investigação e Desenvolvimento

	2021	2020
Projetos de I&D (ativo intangível)	2 604 055	6.646.661
Ativo tangível	1 977 457	1.436.643
Gastos com pessoal	16 186 457	12.466.879
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	52 492 271	28.973.207
Outros Gastos	8 255 071	734 480
<b>Investimento total</b>	<b>81 515 311</b>	<b>50 257 870</b>

A empresa registou, adicionalmente, os seguintes gastos e rendimentos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2021	2020
Amortizações	22 330 302	21 934 961
Imparidade / (Reversão) – BIA2	- 2 292 394	-2 292 394
Imparidade / (Reversão) – BIA5	- 4 561 766	
Imparidade / (Reversão) – BIA5	1 031 328	
Provisão para compromissos assumidos - BIA 5	1 363 183	
Prestação de serviços (milestones)	-571 429	-27 969 783
<b>Total</b>	<b>17 301 245</b>	<b>-8 327 216</b>

## 31. Locações

### (a) Locações financeiras

A empresa possui contratos de locação financeira para ativos do equipamento básico e equipamento de transporte. Estes contratos têm opções de compra. Os ativos locados não podem ser sujeitos a sublocação.

A quantia inicial escriturada dos bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo, consta da nota 18.

### (b) Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

**32. Risco financeiro**

No Grupo BIAL, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias primas e aos laboratórios que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneio e os investimentos de I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos financeiros a que o Grupo BIAL está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez.

O principal objetivo do Grupo BIAL é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuar em função de alterações de mercado.

Risco de câmbio

O Grupo está de uma forma crescente mais exposto ao risco cambial, dado os mercados em que atua. Para mitigar esse risco, foram implementados mecanismos de cobertura natural e fixação cambial, tendo sempre em conta as necessidades de divisas do Grupo.

Em 2021, para além da utilização da cobertura natural em recebimentos/pagamentos, celebraram-se também contratos forward para os valores excedentários, diminuindo assim a exposição a flutuações de câmbio.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, tal como a seguir discriminado:

Clientes:

Moeda	Montante
CHF	388 815
MZM	142 624 055
USD	612 254

Fornecedores de Investimento:

Moeda	Montante
AUD	19 848
USD	1 588 645
GBP	88 625

Fornecedores:

Moeda	Montante
AOA	13 805 644
AUD	20 337
CAD	70 806
CHF	3 292 503
GBP	2 253 668
JPY	47 625 500
MZM	10 006 041
SEK	70 000
USD	1 567 574

Outros créditos a receber

Moeda	Montante
GBP	5 212 602
CHF	9 239 230

Risco de crédito

O risco de crédito no Grupo BIAL é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação interna e externa recolhida, na qual se define a aprovação do crédito a conceder. A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos e/ou a estabelecer.

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado.

O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito e efetua contratação de seguro de crédito para os clientes que apresentam risco moderado ou alto.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro de 2021 não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos, e num eventual contexto de crise financeira

com restrições maiores ao crédito e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, BIAL pode ficar exposto a este risco.

Atendendo à atual situação financeira do Grupo e capacidade de geração de Free Cash Flow entende-se que este risco se encontra mitigado.

#### Outros riscos operacionais

- Risco regulatório

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e participações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de Agosto).

Por outro lado, destaca-se a nova metodologia de determinação de preços de venda ao público, base na definição de países de referência.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

### 33. Qualidade e Ambiente

BIAL - Portela & Cª, S.A. encontra-se certificada pelas normas ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade), ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) e ISO 45001:2018 (Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho), tendo definido como objetivos prioritários no Plano Estratégico a três anos, os seguintes:

- Efetuar as alterações adequadas na estrutura corporativa para garantir a otimização do suporte aos desafios de crescimento da organização;
- Consolidar a política de Qualidade, Saúde e Segurança, bem como de Proteção Ambiental em todas as áreas do grupo;
- Produzir com alto padrão de Qualidade, respeitando o Meio Ambiente, a Saúde e a Segurança de todos os funcionários em conformidade com as GxP;

- Garantir a correta monitorização de processos e indicadores utilizados na avaliação de desempenho, definindo ações e mudanças estruturais para garantir que os objetivos planeados sejam alcançados;
- Fortalecer a gestão por objetivos de forma a envolver todos os colaboradores, com objetivo da maior produtividade e qualidade de produtos e serviços, bem como na satisfação do cliente;
- Manter as certificações e autorizações existentes e aumentar o nível de implementação das GxP, trabalhando para alcançar o nível de Excelência.

A Valormed é a entidade responsável pela recolha de medicamentos e embalagens junto das Farmácias. De referir que os custos relativos à gestão ambiental com a Valormed são de € 29.928 (2020: € 28.787). Os custos com tratamento e encaminhamento de resíduos ascenderam a € 43.564 (2020: € 54.824).

Reforçando o compromisso com a sustentabilidade, BIAL concluiu a instalação de 1.244 painéis solares fotovoltaicos, ocupando uma área de cerca de 2.500 m<sup>2</sup>, que permitiu uma produção de 671.343 kWh evitando a emissão de 315 toneladas de CO<sub>2</sub>. Consciente da transição energética em 2021, a energia consumida por BIAL teve origem em fontes renováveis e obteve Certificados de Origem.

A Qualidade é, em BIAL, um objetivo estratégico primordial, tendo sido significativa a sua evolução nos últimos anos. Em termos internacionais, BIAL deverá marcar presença entre as principais empresas e, para atingir esse objetivo, deverá continuar a investir na formação e sensibilização dos seus colaboradores para a Qualidade, Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente.

**34. Garantias prestadas**

Beneficiário	Tipo de garantia	Valor
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	8.000.000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	7.000.000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	7.000.000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	5.833.333
INNOVAPUGLIA S.P.A.	Fornecimento de Medicamentos	229.944
Regione Lazio e Aziende Sanitarie	Fornecimento de Medicamentos	227.027
SORESA SPA CENTRO DIREZIONALE	Fornecimento de Medicamentos	201.530
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30027	201.237
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30028	130.402
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de Medicamentos	100.254
ASP DI PALERMO	Fornecimento de Medicamentos	92.594
AZIENDA ZERO	Fornecimento de Medicamentos	81.497
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30026	75.001
CUC FVG SOGGETTO AGGREGATORE	Fornecimento de Medicamentos	73.893
Regione Lazio e le Aziende	Fornecimento de Medicamentos	66.410
A.Li.Sa.	Fornecimento de Medicamentos	60.377
Regione Autonoma della Sardegna	Fornecimento de Medicamentos	50.586
REGIONE AUTONOMA DELLA SARDEGNA	Fornecimento de Medicamentos	50.119
A.R.I.C - Ag. Reg. di Informatica	Fornecimento de Medicamentos	41.506
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	39.933
ARIC VIA NAPOLI 4 64019 TORTORETO	Fornecimento de Medicamentos	39.455
A.U.S.L.UMBRIA 1 Via Guerra 21/17	Fornecimento de Medicamentos	37.256
INNOVAPUGLIA SPA BA	Fornecimento de Medicamentos	20.137
CAMARA MUNICIPAL MAIA	Caução de obras públicas	14.964
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	10.273
ASUR MARCHE	Fornecimento de Medicamentos	9.708
ASUR MARCHE VIA OBERDAN, 2	Fornecimento de Medicamentos	9.663
INTERCERT-ER AGENZIA PER LO	Fornecimento de Medicamentos	9.442
EMPROFAC EMP NAC PROD FARMACEUTICO	Fornecimento de Medicamentos	9.355
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	9.199
Fiscal Ior	Fornecimento de serviços	7.159
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de Medicamentos	6.134
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	4.569
IGIF	Fornecimentos	3.315
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE DI	Fornecimento de Medicamentos	3.105
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	1.295
ASP CALTANISSETTA	Fornecimento de Medicamentos	970
INTERCENT-ER,	Fornecimento de Medicamentos	944
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	690

**35. Acontecimentos após a data do balanço**

Não há acontecimentos após a data do balanço que possam influenciar a apresentação e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

A instabilidade decorrente da invasão pela Rússia da Ucrânia, iniciada em 2022.02.24, é um fator de preocupação para o corrente ano pelos efeitos negativos que está a ter na economia mundial.

BIAL não tem atividade comercial na Ucrânia e na Rússia é marginal, pelo que em termos de “turnover” não será afetado diretamente pelo conflito. Nos países limítrofes, por ventura os mais afetados no corrente ano, a nossa presença comercial é muitíssimo reduzida. No entanto, estamos atentos ao comportamento das economias dos países em que temos atividade comercial importante, como sejam os países da União Europeia, EUA e Japão.

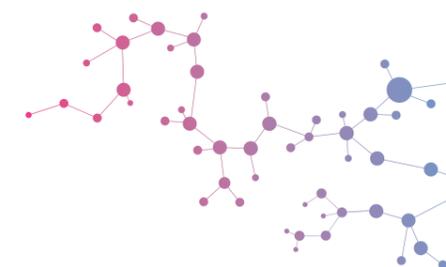
A maior preocupação reside no forte impacto nos custos energéticos, eletricidade e gás, e nos aumentos de preços de algumas matérias primas e outras componentes utilizados na produção de medicamentos. Em termos energéticos foram realizados investimentos em painéis fotovoltaicos em 2020, que serão reforçados no corrente ano, que minimizarão esse efeito através da utilização de energia fotovoltaica. Foram igualmente reforçadas algumas medidas de racionalização de energia que diminuirão o consumo e o efeito preço.

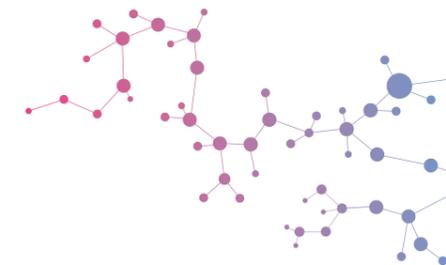
Quanto às matérias primas ainda não é claro o seu impacto financeiro. BIAL tem stocks elevados das duas mais importantes (acetato de eslicarbazepina e opicapone) o que minimizará a curto prazo potenciais aumentos de custos. O seu efeito dependerá do tempo que demorará a encontrar uma solução para o conflito armado.

O impacto presentemente mais direto em BIAL foi a interrupção dum ensaio clínico que estava em curso na Ucrânia. No limite, poder-se-á perder todo o trabalho realizado nesse país, o que provavelmente implicará atrasos na conclusão do ensaio decorrente da necessidade de reforçar o recrutamento de novos doentes nos países em que o ensaio também está a decorrer.

Em termos financeiros, temos capacidade de cumprir os compromissos existentes, atendendo à atual situação financeira de BIAL e aos financiamentos contratualizados. Não prevemos alterações significativas quer das receitas, quer das despesas orçamentadas para 2022.

Estamos conscientes das dificuldades, numa conjuntura atípica e volátil, a seguir a dois anos condicionados pela pandemia Covid-19, mas focados em cumprir a nossa missão, ao serviço dos pacientes, e confiantes que serão encontradas as soluções, internas e externas, adequadas para ultrapassar eventuais novas dificuldades.





### 36. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2022.03.24

#### O DIRETOR FINANCEIRO E CC

SANDRA COSTA

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA-MÃE (BIAL HOLDING, S.A.)

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Presidente**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOSÉ BASTOS | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**





Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

### Certificação Legal das Contas

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

##### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Bial - Holding, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 544.933.857 euros e um total de capital próprio de 283.986.257 euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital do Grupo, de 5.620.415 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Bial - Holding, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

##### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número  
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial - Holding, S.A.  
Certificação Legal das Contas  
31 de dezembro de 2021

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 20 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

João Carlos Miguel Alves - ROC n.º 896  
Registado na CMVM com o n.º 20161217



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

### Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão Consolidado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Bial - Holding, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificamos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificamos, quando julgamos conveniente, da forma que julgamos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificamos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- ▶ Verificamos a adequacidade dos documentos de prestação de contas consolidadas;
- ▶ Verificamos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo no qual a sociedade é a empresa-mãe;
- ▶ Confirmamos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis;
- ▶ Averiguamos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuamos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuamos foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

### Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Bial - Holding, S.A., nos termos do artigo 420 conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) O Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2021 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (b) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado do exercício de 2021, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 20 de abril de 2022

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

João Carlos Miguel Alves - ROC n.º 896  
Registado na CMVM com o n.º 20161217